



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA E SERVIÇO SOCIAL
COLEGIADO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

ERICA NASCIMENTO ALVES

AS CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL E A EVASÃO:
UMA ANÁLISE SOBRE O ÍNDICE DE EVASÃO DO SERVIÇO DE RESIDÊNCIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Salvador
2025

ERICA NASCIMENTO ALVES

**AS CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL E A EVASÃO:
UMA ANÁLISE SOBRE O ÍNDICE DE EVASÃO DO SERVIÇO DE RESIDÊNCIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do título de bacharela em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Maria Ferreira Cardoso

Salvador
2025

ERICA NASCIMENTO ALVES

**AS CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL E A EVASÃO:
UMA ANÁLISE SOBRE O ÍNDICE DE EVASÃO DO SERVIÇO DE RESIDÊNCIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do título de bacharela em Serviço Social, do Curso de Graduação em Serviço Social, na Universidade Federal da Bahia.

Data da aprovação: 12 de fevereiro de 2025.

Banca Examinadora

Ana Maria Ferreira Cardoso - UFBA (Orientadora) _____.
Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Ceará.

Adriana Freire Pereira Ferriz - UFBA _____.
Doutora em Sociologia e Mestre em Sociologia Rural pela Universidade Federal da Paraíba.

Francisco Carlos Ribeiro dos Santos - PROAE _____.
Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas.

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Alves, Erica Nascimento

As condições de permanência estudantil e a evasão:
uma análise sobre o índice de evasão do serviço de
residência universitária da Universidade Federal da
Bahia / Erica Nascimento Alves. -- Salvador : BA,
2025.

103 f. : il

Orientadora: Ana Maria Ferreira Cardoso.

TCC (Graduação - Serviço Social) -- Universidade
Federal da Bahia, Instituto de Psicologia e Serviço
Social - IPSS, 2025.

1. Assistência Estudantil. 2. Residências
Universitárias. 3. Evasão. 4. Permanência Estudantil.
I. Ferreira Cardoso, Ana Maria. II. Título.

Dedico esta monografia a Deus, que me auxiliou e me inspirou no meu processo de escrita. Dedico também, a todos familiares e amigos que me apoiaram durante esta trajetória.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Yahweh, pois sem Ele não seria possível a minha entrada e permanência na universidade. Foi Ele que me inspirou e me auxiliou em todo o meu processo de escrita deste trabalho, que esteve ao meu lado nas madrugadas em que precisei ficar acordada para estudar e escrever esta monografia. Ao meu Deus, que ouviu as minhas orações e fez com estas se concretizassem.

Agradeço a Maria Lucia, minha mãe. A mulher que me inspira todos os dias, o meu alicerce, que trabalhou arduamente para sustentar-nos. À esta mulher especial, que tomou o meu sonho como se fosse seu e que mesmo em meio às dificuldades, não me deixou desistir. Mãe, eu te amo!

Agradeço a Valdo, meu pai. Obrigada pelos conselhos e motivações, que mesmo sem compreender o que isto significava para mim, sempre esteve ao meu lado. Ao meu herói da infância, que permanece sendo nos dias atuais, eu te amo.

Agradeço a Rafael, meu querido irmão. Agradeço pelo apoio, pelos ensinamentos, por todos os momentos que pedi a sua ajuda e você sempre esteve pronto para me auxiliar e me ouvir. Ao meu confidente e parceiro, que compartilho as melhores risadas e as melhores resenhas, palavras não são suficientes para escrever o meu amor e gratidão.

Agradeço a Nilson (querido irmão) e Erica Magalhães (querida cunhada) pelos conselhos, pelas trocas e conversas que me ajudaram a enxergar a vida por uma outra perspectiva. Amo vocês dois!

Agradeço a Sara, minha querida sobrinha. Você é nova e ainda não sabe ler, mas no futuro verá este agradecimento e entenderá a sua importância na minha vida. Agradeço pelos melhores abraços e as melhores risadas que pude compartilhar com você, todo o meu amor e carinho à você, Sarinha.

Por fim, agradeço aos meus amigos, professores e colegas que sonharam comigo, me apoiaram incondicionalmente e decidiram permanecer ao meu lado, mesmo diante das dificuldades e ausências (da minha parte). Posso não ter citado o nome de cada um de vocês aqui, pois ficaria muito extenso, mas vocês sabem que fazem parte da minha vida e que são importantes para mim. Sou grata a Deus por ter colocado cada um de vocês em minha vida, saibam que vocês estarão sempre em meu coração e em minhas orações.

Amo todos vocês!

“O sonho de possuir um pedaço de terra estava por ora destruído, e a esperança de obter igualdade política esmaeceu. Mas o farol do conhecimento não seria facilmente apagado - e essa era a garantia de que a luta pela terra e pelo poder político continuaria sem trégua”.

(Angela Davis)

ALVES, Erica Nascimento. **As condições de permanência estudantil e a evasão: uma análise sobre o índice de evasão do serviço de residência universitária da Universidade Federal da Bahia**. 2025. 103 fls. Orientadora: Ana Maria Ferreira Cardoso. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Instituto de Psicologia e Serviço Social, Universidade Federal da Bahia, 2025.

RESUMO

A presente monografia examina a relação entre as condições de permanência estudantil e a evasão dos/as residentes universitários do Serviço de Residência Universitária (SRU) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Sendo assim, o objetivo geral deste trabalho é compreender a relação entre condições de permanência estudantil e evasão de residentes universitários do SRU. Esta monografia possui três objetivos específicos, sendo estes: a) traçar o perfil étnico-racial, de gênero e etário dos residentes universitários da UFBA; b) analisar a relação entre as condições de permanência estudantil e a evasão das residências universitárias da UFBA; c) identificar os fatores que contribuem para a evasão do Serviço de Residência Universitária (SRU/PROAE) da UFBA. A pesquisa foi realizada por meio da técnica de questionário *online*, através do qual foi possível identificar alguns fatores que influenciam na saída desses residentes do SRU, apresentando também o perfil étnico-racial, etário e de gênero dos/as residentes, com base em dados extraídos de três fontes distintas, que serão especificadas no decorrer deste trabalho. Assim, motivada pelas observações feitas na condição de estagiária da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil - PROAE, a autora se debruça em compreender como o fenômeno da evasão se manifesta no âmbito da assistência estudantil, com foco no SRU/PROAE/UFBA. Ademais, o trabalho analisa como as crises cíclicas do capital e o avanço do neoliberalismo configuram-se em uma ameaça aos direitos estudantis duramente conquistados. Os resultados apontam que o perfil dos residentes universitários da UFBA é composto majoritariamente por homens e mulheres negros/as (pretos e pardos), cisgêneros, cuja faixa etária é de 18 a 35 anos. Conclui-se que a taxa de evasão do SRU no semestre de 2024.2 alcançou o quantitativo de 25,93%, onde a causa mais frequente para evasão foi devido às questões de adaptação e convivência nas residências universitárias. Por fim, cabe salientar que a evasão no âmbito da assistência estudantil trata-se de um fenômeno complexo e multifacetado, cuja existência não pode ser apagada, visto que a sua proveniência advém da formação da sociedade brasileira, mas os seus efeitos podem ser mitigados e devem ser enfrentados com ações estratégicas efetivas.

Palavras-chave: Assistência Estudantil; Residências Universitárias; Evasão; Permanência Estudantil.

ALVES, Erica Nascimento. **The Student permanence conditions and evasion: an analysis of the evasion rate of the university residence service of the Federal University of Bahia.** 2025. 103 p. Advisor: Ana Maria Ferreira Cardoso. Monograph (Graduation in Social Service) - Institute of Psychology and Social Service, Federal University of Bahia, 2025.

ABSTRACT

This monograph examines the relationship between the conditions of permanence student and the evasion of university residents from the University Residence Service - SRU of the Federal University of Bahia - UFBA. The general objective of this work is to understand the relationship between student permanence conditions and dropout rates among university residents from the University Residence Service (SRU) of UFBA. This monograph has three specific objectives, which are: a) to outline the ethnic-racial, gender and age profile of UFBA university residents; b) to analyze the relationship between student permanence conditions and dropout from UFBA university residences; c) to identify the factors that contribute to dropout from UFBA University Residence Service (SRU/PROAE). The research was carried out using the *online* questionnaire technique, where it was possible to identify some factors that influence the departure of these residents from the SRU, also presenting the ethnic-racial, age and gender profile of the residents, based on data extracted from three distinct sources, which will be specified throughout this work. Therefore, motivated by observations made as an intern at the Dean of Affirmative Actions and Student Assistance - PROAE, the author focuses on understanding how the phenomenon of evasion manifests itself in the context of student assistance, focusing on SRU/PROAE/UFBA. Furthermore, the work analyzes how the cyclical crises of capital and the advance of neoliberalism constitute a threat to hard-won student rights. The results indicate that the profile of UFBA university residents is composed mainly of black men and women (black and brown), cisgender, whose age range is 18 to 35 years old. It is concluded that the dropout rate from SRU in the semester of 2024.2 reached 25.93%, where the most frequent cause for dropout was due to issues of adaptation and coexistence in university residences. Finally, it is worth highlighting that dropout in the scope of student assistance is a complex and multifaceted characteristic, whose existence cannot be erased, since its origin comes from the formation of Brazilian society, but its effects can be mitigated and must be addressed with effective strategic actions.

Keywords: Student Assistance; University Residences; Evasion; Student Permanence.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Planta antiga do Casarão da R1, [s.d.]	50
Figura 2 - Residência Universitária 1, no Corredor da Vitória	51
Figura 3 - Residência 2, [s.d.].....	52
Figura 4 - Antiga Residência Universitária 3 (Casa da Universitária), [s.d.]	53
Figura 5 - Residência 5, [s.d.]	54
Figura 6 - Gráfico do perfil étnico-racial dos residentes universitários da UFBA, 2024.....	61
Figura 7 - Perfil etário dos residentes universitários da UFBA, 2024.....	62
Figura 8 - Sexo biológico dos/as discentes assistidos/as pela PROAE, 2024.....	63
Figura 9 - Perfil da identidade de gênero dos ex-residentes e residentes universitários da UFBA, 2024.....	64
Figura 10 - Perfil da identidade de gênero dos residentes universitários da UFBA, 2024.....	65
Figura 11 - Fórmula do índice de evasão do SRU, 2025.....	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Perfil etário dos residentes universitários da UFBA, 2024	61
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRUEM	Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais
ANDIFES Superior	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CF	Constituição Federal de 1988
CRR	Comissão de Representação das Residências
DAE	Departamento de Assistência ao Estudante
EC	Emenda Constitucional
EIR	Exército Industrial de Reserva
EUA	Estados Unidos da América
FGM	Fundação Gregório de Mattos
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IES	Instituições de Ensino Superior
IESP	Instituições de Ensino Públicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação
NGRU	Núcleo Gestão de Residências Universitárias
PAE	Programa de Assistência Estudantil
PL	Partido Liberal
PL	Projeto de Lei
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PROAE	Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira

PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SESu	Secretaria de Educação Superior
SET	Superintendência Estudantil
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SRU	Serviço de Residência Universitária
UFBA	Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 AS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL: UM ESBOÇO SÓCIO-HISTÓRICO.....	19
2.1 O CAPITALISMO E A EMERGÊNCIA DAS POLÍTICAS SOCIAIS.....	19
2.2 AS CRISES CÍCLICAS DO CAPITAL E OS IMPASSES DA FALTA DE FINANCIAMENTO.....	22
3 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL E OS IMPASSES IMPOSTOS PELO MOVIMENTO DE CONTRARREFORMA NEOLIBERAL.....	25
3.1 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO: AVANÇO OU RETROCESSO?.....	30
4 O FENÔMENO DA EVASÃO NAS RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS DA UFBA.....	39
4.1 A EVASÃO: DESMISTIFICANDO O CONCEITO.....	39
4.2 RELAÇÃO ENTRE PERMANÊNCIA E EVASÃO NAS RESIDÊNCIAS DA UFBA.....	47
4.3 RESIDENTES UNIVERSITÁRIOS DA UFBA E A EVASÃO.....	56
4.3.1 O perfil dos residentes universitários da UFBA.....	59
4.3.1.1 Em relação ao perfil étnico-racial.....	59
4.3.1.2 Em relação ao perfil etário.....	61
4.3.1.3 Em relação ao sexo e gênero.....	63
4.4 OS MOTIVOS ENCONTRADOS PARA A EVASÃO DO SRU/UFBA.....	65
4.5 RESIDIR PARA PERMANECER: BREVES RELATOS.....	68
5 LIMITES E POSSIBILIDADES DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	70
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERÊNCIAS.....	80
APÊNDICE A- Questionário exploratório aplicado.....	86
ANEXO A- Questionário institucional aplicado (PROAE).....	95

1 INTRODUÇÃO

O Serviço de Residência Universitária (SRU) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) busca garantir condições de permanência dos(as) discentes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica nos cursos de graduação, caracterizando-se como uma ação efetiva de permanência estudantil, sendo gerido pela Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE).

Destarte, o Serviço de Residência Universitária é norteado pelo Decreto nº 7.234/2010, o qual dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), sendo um parâmetro para ampliação das condições de permanência estudantil no ensino superior. Assim, as residências universitárias viabilizam meios para enfrentar as desigualdades sociais, contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico dos(as) residentes universitários(as), implicando ainda na redução do índice de evasão das instituições de ensino superior.

Mediante os dados fornecidos pelo Núcleo Gestão de Residência Universitária (NGRU), no primeiro semestre de 2024, há no total 273 residentes contemplados pelo serviço de residência universitária, sendo subdivididos entre as quatro residências mencionadas.

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2021), no ano de 2021, foram contabilizadas 1.371.128 matrículas (na modalidade presencial e a distância) em cursos de graduação da rede federal de educação superior no Brasil, constatando-se que foram realizadas 1.289.295 matrículas em cursos de graduação na modalidade presencial, ou seja, correspondendo a 94% deste quantitativo geral. Cabe ainda destacar que, atualmente, há 68 universidades vinculadas à rede federal de educação superior e, dentre as 1.371.128 matrículas realizadas, 1.128.950 foram de universidades federais, isto é, a soma entre as modalidades presencial e a distância. Contudo, é preocupante a taxa de desistência acumulada das universidades da esfera federal registrada pelo INEP (2021), onde no ano de 2021, a taxa de “desistência” atingiu o percentual de 55%.

A evasão no ensino superior refere-se à interrupção dos estudos antes da conclusão da graduação, afetando tanto as universidades e faculdades da rede pública quanto da rede privada.

Em suma, este fenômeno se configura como uma das expressões da questão social. Entende-se que, o aumento da taxa de evasão do serviço de residência universitária pode impactar diretamente no índice de evasão do ensino superior, pois quando o(a) residente opta

por evadir da residência, este torna-se mais suscetível a abandonar o curso de graduação, interrompendo a sua trajetória acadêmica.

Contudo, cabe salientar que a evasão do Serviço de Residência Universitária está atrelada à inúmeros fatores, dentre eles, os mais frequentes são as questões relativas à adaptação e convivência em grupo. Haja vista que a evasão, enquanto um fenômeno social, impacta diretamente na vida de pessoas historicamente excluídas e marginalizadas por nossa sociedade e, configura-se ainda, como violação do direito constituído no Art. 6º da Constituição Federal de 1988, o qual assegura que a educação é um direito social de todos os(as) cidadãos, faz-se necessário compreender as possíveis causas da evasão, bem como traçar estratégias para a prevenção da mesma.

Tendo isto em vista, esta monografia busca responder ao seguinte questionamento: “de que forma as condições de permanência estudantil se relacionam com a evasão de residentes do Serviço de Residência Universitária da Universidade Federal da Bahia?”. Portanto, o objetivo geral é compreender a relação entre condições de permanência estudantil e evasão de residentes universitários do Serviço de Residência Universitária da UFBA, possuindo três objetivos específicos, a saber: a) traçar o perfil étnico-racial, de gênero e etário dos residentes universitários da UFBA; b) analisar a relação entre as condições de permanência estudantil e a evasão das residências universitárias da UFBA; c) identificar os fatores que contribuem para a evasão do Serviço de Residência Universitária (SRU/PROAE) da UFBA.

Ademais, é importante explicitar ao leitor que o motivo maior para a escolha deste tema deriva da aproximação da autora com a realidade vivenciada pelos(as) residentes universitários da UFBA, através dos estágios supervisionados obrigatórios (I, II e III) de Serviço Social realizados na Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE), respectivamente nos semestres 5º, 6º e 7º. Na condição de estagiária foi possível observar as demandas provenientes das residências universitárias que se apresentam ao cotidiano profissional dos assistentes sociais que atuam no Núcleo Gestão de Residências Universitárias (NGRU), onde, por meio da participação em reuniões e atendimentos com os residentes - tomando posse da técnica de observação e da escuta qualificada -, foi possível compreender a realidade vivenciada cotidianamente por estes(as) estudantes, notando-se ainda, as dificuldades relativas à convivência grupal.

No que concerne à metodologia da pesquisa realizada, esta trata-se de uma pesquisa explicativa de abordagem qualitativa, onde buscamos compreender o fenômeno da evasão, explicitando os seus fatores. Para a realização da mesma, adotamos a técnica do questionário *online* para fomentar a pesquisa com dados quantitativos. Logo, para fundamentar e aprimorar

os dados da nossa pesquisa, utilizamos três fontes de dados: 1- levantamento interno da PROE, realizado no semestre de 2023.1 durante a renovação dos benefícios (APÊNDICE A); 2- questionário exploratório, elaborado pela autora e aplicado no semestre de 2023.2; e o questionário institucional da PROAE (ANEXO A), o qual foi elaborado e aplicado em parceria com a autora desta monografia durante o semestre de 2024.1.

A presente monografia organiza-se em seis capítulos, sendo: 1- Introdução; 2- Políticas Sociais no Brasil: um Esboço Sócio-histórico; 3- A assistência Estudantil no Brasil e os Impasses Impostos pelo Movimento de Contrarreforma Neoliberal; 4- O Fenômeno da Evasão nas Residências Universitárias da UFBA; 5- Limites e Possibilidades da Atuação Profissional do Assistente Social no âmbito da Assistência Estudantil; e 6- Considerações finais.

O primeiro capítulo traz os aspectos gerais da monografia, tratando-se de um elemento textual introdutório, podemos contemplar a explicação sucinta acerca do que é o Serviço de Residência Universitária (SRU), as motivações principais que levaram a abordagem da temática que esta monografia propõe discutir, bem como os objetivos geral e específicos da monografia, realizando uma síntese de cada capítulo que a compõe.

No capítulo 2, explicamos as fases de transição do capitalismo, o surgimento das políticas sociais e a inserção da política de assistência estudantil no contexto da sociedade capitalista brasileira contemporânea.

No capítulo 3, realizamos um resgate do contexto sócio-histórico do modo em que sucedeu a formação da sociedade brasileira, assim como alguns marcos históricos importantes no âmbito da assistência estudantil, apresentando ainda como o avanço da contrarreforma neoliberal termina por ameaçar os direitos estudantis duramente conquistados no decorrer da história da sociedade em questão.

O capítulo 4, apresenta uma breve discussão sobre o conceito da evasão. Assim, trazendo autores considerados pioneiros na abordagem deste fenômeno social, foi possível apresentar os nossos pontos de concordância e discordância com estes, ousando ainda, situar como percebemos a evasão no âmbito da assistência estudantil, especificamente no SRU.

O capítulo 5, aborda a atuação do assistente social no âmbito da assistência estudantil, apontando os limites e possibilidades da atuação deste profissional. Além disso, destacamos a importância da criticidade e competência dos/as assistentes sociais que atuam neste espaço sócio-ocupacional, a fim de que não sejam reproduzidos discursos conservadores e tecnicistas, os quais derivam da maneira em que foi requisitada a criação da profissão.

Por fim, o capítulo 6 apresenta as nossas considerações finais acerca dos elementos discutidos no decorrer dos capítulos, expressando as nossas inquietações e observações acerca do fenômeno da evasão no SRU.

2 AS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL: UM ESBOÇO SÓCIO-HISTÓRICO

Este capítulo traz um breve resgate histórico das políticas sociais no Brasil, incluindo o período da escravização e pós-abolição como estruturantes da nossa formação social, portanto como um elemento fundamental na produção das desigualdades sociais existentes na sociedade brasileira contemporânea.

Logo em seguida, foi apresentado as fases de transitoriedade do capitalismo, com base na teoria marxista apresentada pela obra de José Paulo Netto. Posteriormente, explicamos como a ascensão do capitalismo em seu estágio monopolista aprofundou as desigualdades existentes, resultando na ampliação das responsabilidades do Estado, o que implicou na requisição da criação de políticas sociais para responder às expressões da questão social.

Na segunda seção deste capítulo, veremos como as crises cíclicas do capital e o desfinanciamento afetam as políticas sociais, em especial a política de assistência estudantil.

2.1 O CAPITALISMO E A EMERGÊNCIA DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Antes de adentrarmos na temática que esta monografia propõe-se a analisar, é válido explicarmos as fases de transitoriedade do capitalismo, bem como o surgimento das políticas sociais, a fim de viabilizar ao leitor uma análise macro dos limites e possibilidades disponíveis à assistência estudantil enquanto uma política social, imersa no contexto da sociedade capitalista. Para isto, é necessário revisitarmos a história do país, compreendendo todo o contexto histórico, político e econômico que antecede o cenário contemporâneo.

O período da escravização no Brasil (1500-1888), bem como a forma cruel em que se sucedeu a abolição dos escravizados (decretada formalmente em 1888), fundamentou as desigualdades sociais existentes em nossa sociedade brasileira atual, sendo aprofundadas com a instauração do sistema socioeconômico capitalista.

Destarte, ancorando-se nos escritos inspirados na teoria marxista, elaborados por José Paulo Netto, é correto afirmar que o capitalismo (sistema econômico), nos últimos anos do século XIX (1875-1900), passou por diversas mudanças em sua dinâmica econômica, social e política. Assim, o capitalismo concorrencial precede o surgimento do estágio do capitalismo monopolista. Logo, esta fase de transitoriedade do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista é palco para a reformulação do papel do Estado e, por conseguinte, para a criação das políticas sociais.

Conforme as reflexões propostas por Netto (2011), o capitalismo monopolista aprofundou as contradições atribuídas à burguesia, o seu alicerce de alienação, exploração e transitoriedade histórica. Dito em outros termos, ao ter sido alterada a dinâmica da sociedade burguesa com o surgimento do capitalismo em seu estágio monopolista, intensificou-se as contradições já existentes no capitalismo concorrencial e agregou-se novas contradições e antagonismos. Ressalta-se que a constituição dessa nova ordem monopolista derivou da urgência em propiciar o “acréscimo dos lucros capitalistas” por meio do gerenciamento dos mercados.

Netto (2011, 2011, p. 20) expressa, de maneira bastante incisiva, a definição sobre essa nova organização monopólica ao afirmar que “essa organização – na qual o sistema bancário e creditício tem o seu papel econômico-financeiro substantivamente redimensionado-comporta níveis e formas diferenciados que vão desde o “acordo de cavalheiros” à fusão de empresas, passando pelo *pool*, o cartel e o truste”.

Ainda de acordo com Netto (2011), no capitalismo monopolista, o mercado é controlado pelo setor bancário e industrial, cujas características são: o crescimento progressivo dos preços das mercadorias produzidas; taxas de lucros elevadas; taxas de acumulação mais altas, gerando o aprofundamento da tendência de desvalorização da taxa média de lucro e a tendência do subconsumo; concentração de investimentos nos setores mais concorridos; aumento na tendência em economizar *trabalho vivo*¹, ao acrescentar as tecnologias ao trabalho; aumento nos custos de venda, diminuição dos lucros adicionais do monopólio e aumento no número de consumidores improdutivos.

Assim, as consequências do capitalismo monopolista são diversas, dentre elas está a tendência à equalização das taxas de lucro no período do capitalismo concorrencial, a qual os grupos monopolistas converteram a situação de forma benéfica para eles, como um meio oportuno de extração dos seus superlucros. Ademais, a forma de operação do monopólio se altera, tornando-se necessário realizar investimentos fora das suas próprias delimitações, baseando-se na taxa de lucro marginal. Além do que foi mencionado, a tendência em economizar trabalho vivo e o investimento em novas tecnologias para o trabalho, obedecendo à desvalorização do capital fixo existente, resultou no aumento do *Exército Industrial de Reserva (EIR)*².

¹ Nas concepções da teoria marxiana, trabalho vivo refere-se à toda força de trabalho imposta na criação de mercadorias que possuem valor.

² Na perspectiva de Marx (2011), o Exército Industrial de Reserva ou popularmente abreviado como “EIR” trata-se de um produto da acumulação e da efetivação desta. Refere-se, portanto, à enorme quantidade de trabalhadores (qualificados) desempregados e disponíveis para atuar no mercado de trabalho ao surgirem vagas. Logo, a existência dessa superpopulação de trabalhadores à espera para serem absorvidos, cria a condição adequada para a renovação da ampliação do capital.

Netto (2011) esboça que há dois elementos característicos na organização monopólica, dentre eles está a supercapitalização, que é todo o montante de capital acumulado e tem a sua valorização impedida, que passa a ser utilizado como autofinanciamento dos monopolistas e, posteriormente, a sua magnitude se expande, excedendo as condições imediatistas de valorização. Logo, como meio de solucionar essa problemática, foi necessária a adoção de estratégias que visassem garantir a reprodução do capital, com isso surge: a emergência e centralização da indústria bélica; e a “queima” do excedente em atividades que não geram valor. O segundo elemento trazido pelo autor é o parasitismo, definido pela natureza parasitária da burguesia, que é acentuada com a chegada do capitalismo no estágio imperialista, caracterizada pela burocratização da vida social; a expansão do setor terciário; e, por fim, pela expansão dos setores que não atuam de forma direta na esfera produtiva.

Mediante o contexto exposto acima, chega ao ápice a contradição existente entre a socialização da produção e a apropriação privada, exigindo a reformulação do papel do Estado, onde este deverá atuar além das demandas extra-econômicas. Indubitavelmente, desde o surgimento do capitalismo faz-se necessário a atuação do Estado frente às mazelas advindas da exploração da força de trabalho, contudo, com a instauração do capitalismo monopolista a intervenção estatal é funcionalmente e estruturalmente modificada. De acordo com Netto (2011), dentre as múltiplas funcionalidades do estado estão:

[...] a sua inserção como empresário nos setores básicos não rentáveis [...], a assunção do controle de empresas capitalistas em dificuldades [...], a entrega aos monopólios de complexos construídos com fundos públicos, os subsídios imediatos aos monopólios e a garantia explícita de lucro pelo Estado [...], às encomendas/compras do Estado aos grupos monopolistas, assegurando aos capitais excedentes possibilidades de valorização; [...] recordem-se os subsídios indiretos, os investimentos públicos em meios de transporte e infra-estrutura, a preparação institucional da força de trabalho requerida pelos monopólios com saliência peculiar [...], no terreno estratégico, onde se fundem atribuições diretas e indiretas dos Estado [...] através de planos e projetos de médio e longo prazos (Netto, 2011, p. 25-26).

Desde a legitimação do capitalismo, em especial o capitalismo no estágio imperialista, o Estado foi cooptado pela burguesia monopolista, respondendo às suas demandas e, ao mesmo tempo, com a pressão do proletariado, este passou a atender também às questões da classe trabalhadora. Portanto, percebe-se a dinâmica contraditória presente em sua atuação, uma vez que este irá desempenhar sua função com o intuito de proporcionar as condições necessárias para a acumulação, valorização e reprodução do capital, favorecendo a burguesia. Assim como, irá criar políticas sociais que respondam às expressões da “questão social”, acatando as reivindicações das classes subalternas.

A priori, as políticas sociais foram criadas a fim de responderem às expressões da questão social na sociedade capitalista. Assim, a questão social ganha evidência no século

XIX, no estágio imperialista deste sistema econômico, onde transformou-se em objeto da ação estatal após as lutas da classe trabalhadora, que ameaçavam constantemente a ordem burguesa. Neste sentido, Netto (2011) reforça a importância da mobilização da classe operária, pois evidentemente as políticas sociais resultaram da pressão dos trabalhadores sobre o Estado e a burguesia.

Em face do exposto, cabe dizer que, apesar do Estado atender às necessidades da classe trabalhadora, este está voltado para a burguesia, visto que no viés contraditório da sua atuação, pretende de forma implícita manter sobre controle o proletariado, utilizando-se das políticas sociais para zelar e preservar a força de trabalho. Sendo assim, permanece intacta a reprodução contínua dos mecanismos do capitalismo. Mesmo com a atuação do Estado frente à “questão social” através das políticas sociais, as expressões da questão social eram incorporadas no *ethos*³ individualista, ou seja, o indivíduo era culpabilizado pela sua própria situação de miséria, perpetuava-se o credenciamento dos fracassos sociais ao sujeito, enquanto indivíduo que compõe a sociedade.

Em outros termos, mesmo com a incorporação da questão social na esfera pública, emerge o reforço da culpabilização do indivíduo. Ou seja, no início da formulação do enfrentamento estatal frente às expressões da “questão social”, prevalecia uma lógica conservadora, onde a ação estatal era compreendida como um meio de auxiliar o indivíduo, uma vez que este não possuía condições morais e psicológicas para solucionar as suas mazelas.

Em síntese, o Estado traça um viés psychologizante, moralizante e deseconomizante acerca do enfrentamento das expressões da questão social. Partindo desses princípios, a atuação do Estado era caracterizada pelo positivismo e conservadorismo, a qual reforçava a culpabilidade individual.

2.2 AS CRISES CÍCLICAS DO CAPITAL E OS IMPASSES DA FALTA DE FINANCIAMENTO

Conforme indicado no tópico anterior, o terreno de instauração das políticas sociais é um terreno conflituoso devido à luta de classes entre a burguesia e o proletariado, sendo

³ A etimologia deste termo deriva do grego, sendo comumente utilizado para referir-se ao caráter de algo ou a um conjunto de hábitos e costumes de um determinado indivíduo ou grupos sociais. A utilização deste termo aqui empregado, não foge dessa linha de raciocínio, o que implica dizer que o termo “*ethos* individualista” está atrelado ao campo da individualidade. Significando, portanto, no contexto em que fora empregado no parágrafo em questão, que a culpabilidade de sucesso ou insucesso financeiro de um indivíduo era atribuída exclusivamente a este, onde o Estado isentava-se das suas atribuições e obrigações para com a sociedade.

notória a contradição da sua existência. Assim, é justamente no seio da polarização das políticas sociais que habita a possibilidade destas serem utilizadas em prol do capital, com o propósito de atender aos interesses da classe dominante (que é exatamente o que ocorre desde a legitimação das políticas sociais até os dias atuais).

Vejamos, no Keynesianismo, estima-se que entre os anos de 1883 a 1946 (século XX), o Estado teve as suas funções ampliadas sob a hegemonia do capital, apropriando-se do valor socialmente produzido pela classe proletária e passou a desempenhar a função de regulador social e econômico, prevalecendo as condições de produção e reprodução da desigualdade social. Segundo Behring (2000), é a partir do período fordista-keynesiano, que a política social passa a ocupar uma posição político-econômica.

A memorável crise de 1929, também denominada por “Grande Depressão”, teve início como o próprio nome aponta, no ano de 1929 (sendo o seu catalisador a quebra da Bolsa de New York) e estendeu-se até 1939 (até a Segunda Guerra Mundial), sendo que o período mais severo desta crise ocorreu nos primeiros quatro anos da mesma. Desta maneira, esta crise abalou profundamente as estruturas do mercado financeiro, ocasionando o agravamento da desigualdade social e o aumento do índice de desemprego em nível mundial, cujos diversos impactos deste evento histórico moldaram a dinâmica das políticas sociais. Portanto, no terreno do capitalismo, as políticas sociais desempenham um papel crucial na mitigação dos efeitos das crises estruturais do capital, visto que a sua implementação visa responder às expressões da questão social.

Contudo, as políticas sociais, apesar de serem capazes de atenuar o efeito das crises, são incapazes de evitá-las. Assim, na perspectiva marxista, a política keynesiana apenas amorteceu a crise de 1929 com as políticas sociais, mas não a evitou. De acordo com Behring (2000, p. 19), a política keynesiana elevou a demanda efetiva, captando os capitais abundantes e improdutivos, a partir da ação estatal. Todavia, a ação de sustentar as taxas de lucro em alta, obtendo um certo controle sobre o capital, resultou apenas na atenuação da crise. Nesse contexto, a política social atuou como uma estratégia anticíclica, onde a classe trabalhadora criou um movimento social em busca da efetivação dos seus direitos, impondo as suas pautas, pressionando o Estado a atender às suas necessidades.

Irrefutavelmente, as crises do capitalismo afetam profundamente a execução e operacionalização das políticas públicas. Sendo assim, a famigerada crise estrutural do capital emergiu na década de 70, o que configurou-se em um período de transformações significativas tanto econômicas quanto sociais em nível global. Portanto, esse período foi marcado por mudanças no sistema econômico internacional, implicando no aumento dos

preços do petróleo, crises financeiras e em reconfigurações no sistema produtivo, afetando vários Estados-nação, incluindo o Brasil.

Segundo Silva (2018), com a instauração da crise do capital mundial e diante das grotescas dívidas públicas, os países são pressionados pelas finanças (em que as grandes empresas comandam este mercado financeiro), havendo uma disputa atroz pelo fundo público. Mediante o exposto, é de conhecimento de todos a instabilidade que se apresenta às políticas públicas, em que pese a política de assistência estudantil, que por sua vez insere-se na política de educação, onde podemos concluir que esta instabilidade é premeditada, visto que em cenários de crises do capital ela ocasiona o contexto propício para sustentar as alegações acerca dos cortes orçamentários sofridos por esta política.

Tratando-se do cenário político e econômico orquestrado pelos interesses do capital, nota-se que a política de assistência estudantil e a política de educação estão aprisionadas em um paradoxo, visto que ao passo que a sua existência requisita que o Estado garanta os direitos sociais dos(as) usuários(as) e profissionais destas políticas (discentes, corpo docente, funcionários e etc.), ao mesmo tempo e, de forma contraditória, esta política precisa se adequar e readequar aos moldes do sistema econômico capitalista, prevalecendo o caráter regressivo e a perspectiva focalista que termina por ameaçar os direitos sociais da população brasileira, assegurados nos artigos: 6º; 205º ; 206º; 208º; 212º; e 214º da Constituição Federal (CF) de 1988, assim como os princípios estabelecidos no art. 3º da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB).

Destarte, todo este cenário planejado previamente e intencionalmente por este sistema econômico, serve para subsidiar as condições necessárias para produção e reprodução do capital, assim como preservar as relações de poder existentes em nossa sociedade brasileira contemporânea.

Sem dúvidas, o cenário proposital expresso somado à falta de financiamento (que aprofundaremos adiante), implica no sucateamento das universidades públicas federais, onde o ambiente de ensino torna-se insalubre, em que as salas de aulas não possuem os equipamentos necessários para garantir o mínimo de conforto tanto para os(as) discentes quanto para os(as) docentes. Já no que concerne às residências universitárias, mais precisamente as da Universidade Federal da Bahia, as quais são o enfoque desta monografia, estas se caracterizam por déficits recorrentes e inalterados semelhantes ao cenário geral da política educacional, ora citado anteriormente.

3 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL E OS IMPASSES IMPOSTOS PELO MOVIMENTO DE CONTRARREFORMA NEOLIBERAL

Para iniciar o debate acerca da temática abordada nesta monografia, é crucial realizar um breve resgate sócio-histórico da formação da sociedade brasileira e do contexto histórico e político da concepção da assistência estudantil na sociedade em questão, os quais antecedem a fundação do Sistema de Seleção Unificada (SISU) e da Lei de Cotas nº 12.711/2012, bem como apresentar os impactos destes no acesso às condições de permanência estudantil na contemporaneidade.

Sabe-se que o Brasil foi o último país da América Latina a abolir a escravização, onde as primeiras ações autônomas contra o regime escravocrata partiram dos estados do Ceará e Amazonas, sendo o Estado do Ceará a primeira província a libertar os escravizados no ano de 1984. Assim, o período da escravização no Brasil ocorreu entre os séculos XVI-XIX (1500-1888), onde a abolição formal da escravatura foi decretada em 15 de maio de 1888, completando assim, no ano de 2024, cento e trinta e seis anos desde o período da abolição formal.

No entanto, conforme expressa o intelectual Abdias Nascimento (2019, p. 87), a forma como sucedeu esta abolição foi incontestavelmente cruel, pois ao passo que os negros ex-escravizados obtiveram o status de “cidadãos” e “emancipados”, ao mesmo tempo e, de forma contraditória, estes foram excluídos e marginalizados pela sociedade, sendo-lhes retirado novamente o estado de condição humana. Dito de outro modo, em tese mudou-se o regime, porém, criaram-se também novos mecanismos para permanecer oprimindo, explorando e assassinando os povos africanos.

Conforme aponta Nascimento (2019, p. 87), o africano ex-escravizado, agora denominado por “cidadão livre”, foi: “de vítima acorrentada pelo regime racista de trabalho forçado, o escravo passou para o estado de verdadeiro pária social, submetido pelas correntes invisíveis forjadas por aquela mesma sociedade racista e escravocrata”.

É evidente, portanto, que no período da pós-abolição os negros(as) recém-libertos não foram (re)integrados na sociedade, bem como não foram formuladas políticas públicas que visassem reparar historicamente as inúmeras violências cometidas contras os povos africanos e indígenas e que garantissem os direitos sociais destes indivíduos. À vista disso, é correto afirmar que o modo como sucedeu a “emancipação” dos escravizados no período da abolição da escravatura, ocasionou nas desigualdades sociais existentes, bem como nas desigualdades de oportunidade e acesso ao ensino superior.

Segundo Imperatori (2017), desde o ano de 1824 é assegurado o direito à educação por meio da Constituição brasileira de 1924. Contudo, este âmbito vem enfrentando inúmeras mudanças, tanto positivas quanto negativas, sendo atravessada por avanços e retrocessos ao decorrer da história.

Com o intuito de exemplificar este aspecto, Imperatori (2017) realiza um comparativo entre os anos de 1824 e 1891, onde em 1824 a educação passou a ser reconhecida como um direito através da Constituição Republicana. Porém, após 67 anos, o Estado foi isento da sua responsabilidade em fornecer educação básica à população. Logo, observa-se a inconstância da história, visto que a mesma está sempre em movimento, em que pode-se alegar que a sua única constante é a mudança.

Ademais, em consonância com Crosara (et al., 2020), a gênese da assistência estudantil no Brasil é extremamente recente, visto que a sua trajetória histórica teve início no ano de 1928, durante o governo do ex-presidente Washington Luís Pereira de Souza, cujo mandato presidencial ocorreu entre os anos de 1926 a 1930. Ainda em conformidade com Crosara (et al., 2020, p.16), a Assistência Estudantil deriva do Decreto nº 5.612, de 26 de dezembro de 1928, por meio do qual foi criada a “Casa do Estudante Brasileiro” na capital da França, com o intuito de atender às necessidades acadêmicas dos herdeiros aristocratas que estudavam em outros países.

Em consonância com os autores supracitados, posteriormente, em 1929, por iniciativa de estudantes em fornecer moradia e alimentação, foi fundada a “Casa do Estudante no Brasil” no Rio de Janeiro, a qual tratava-se de um casarão que dispunha de um restaurante popular voltado a atender estudantes desfavorecidos economicamente. Contudo, a expansão das universidades e a institucionalização da Assistência Estudantil oriunda do Decreto nº 18.851/1931 (revogado), o qual dispunha o Estatuto das Universidades Brasileiras, foi implementado durante o governo de Getúlio Dornelles Vargas, cujo mandato presidencial prolongou-se de 1930 a 1945.

Mediante o resgate sócio-histórico e político realizado, em torno da formação da sociedade brasileira e da institucionalização da assistência estudantil no Brasil, pode-se afirmar que o perfil dos estudantes que acessaram anteriormente (entre 1940 a 1945) o ensino superior eram majoritariamente pessoas brancas da elite brasileira. Adiante, somente em 2010, durante o mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, foi criado o Sistema de Seleção Unificada (SISU), através do Ministério da Educação (MEC). Conforme aponta a Portaria Normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010, a qual implementa e regulamenta o sistema em questão, o SISU trata-se de um sistema: “por meio do qual são selecionados candidatos a

vagas em curso de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior participantes” (Brasil, 2010), sendo através dele que se tornou possível o ingresso de pessoas de baixa renda ao ensino superior público. Assim, o SISU nacionalizou as vagas, sendo estas ampliadas através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Para além disto, cabe ainda explicitar a criação da Lei nº 12.711/2012, a qual implementou o sistema de cotas, assegurando a reserva de no mínimo 50% das vagas por curso e turno das universidades federais e dos institutos federais de ensino superior e técnico para discentes de escolas públicas, possibilitando o ingresso de pessoas autodeclaradas negras (pretos e pardos) e indígenas. Indubitavelmente, a Lei de Cotas representa um marco importante para garantir que os grupos considerados como “minorias” (que na realidade formam a maioria do quantitativo de indivíduos na sociedade brasileira), a saber: negros(as), mulheres, indígenas, quilombolas, ciganos(as), pessoas com deficiência, comunidade LGBTQIAPN+, migrantes, estrangeiros(as) e outros, acessem o ensino superior público, na tentativa de equiparar as desigualdades sociais advindas de um passado (recente) escravocrata atroz.

Segundo Oliven (2007, p. 151, *apud* Garrido, 2015, p. 250), as ações afirmativas são um conjunto de políticas públicas, que possuem como objetivo: “proteger minorias e grupos que, em uma determinada sociedade, tenham sido discriminados no passado”. Já a assistência estudantil, trata-se de um conjunto de medidas adotadas pelas universidades para a garantia das condições de permanência dos(as) estudantes de graduação.

Em 2009, a UFBA possuía um sistema de cotas próprio, cujo o método de aceitação da autodeclaração racial baseava-se na mesma metodologia adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o que possibilitou que pessoas de baixa renda adentrassem na universidade. No ano de 2013, a UFBA alterou o sistema de cotas anterior com base na implementação da Lei nº 12.711/2012 (lei de cotas), a partir da qual foi ampliado o número de alunos negros(as) e indígenas que ingressaram na Universidade Federal da Bahia (UFBA), formando-se um novo perfil desses discentes, o que requesitou a reformulação do conjunto de ações afirmativas da universidade, com o intuito de promover a garantia da permanência e da pós-permanência estudantil.

No cenário nacional, é evidente que entre as décadas de 70 a 80 a política de assistência estudantil ganhou ênfase, mas as suas ações eram majoritariamente voltadas ao ensino fundamental e médio. No ensino superior, de acordo com o FONAPRACE (1996, *apud* Costa, 2009), na década de 70, durante o mandato de General Emílio Médici (1969-1974) foi criado o

Departamento de Assistência ao Estudante (DAE) que era um órgão vinculado ao MEC para assegurar a permanência estudantil, possuindo programas voltados à alimentação, moradia e saúde dos estudantes. Contudo, este órgão foi extinto pelo governo posterior.

O estabelecimento da assistência estudantil na Universidade Federal da Bahia possui uma trajetória extensa, cujo início foi datado em 1947, com a construção da primeira residência feminina para as alunas do curso de graduação em enfermagem e pós-graduação em obstetrícia. Para o nosso interesse, abordaremos brevemente sobre o órgão que antecede a criação da PROAE (nos moldes que conhecemos na atualidade), sendo este a Superintendência Estudantil (SET), a qual estava vinculada à Política de Apoio, Orientação e Assistência Estudantil da UFBA. Segundo o capítulo cinco da Resolução nº 04/99, a SET foi criada em 1999 durante a gestão do ex-reitor Heonir Rocha (1998-2002), para desempenhar a função de apoiar, orientar e fornecer assistência aos estudantes. Desta maneira, a SET realizava o estudo socioeconômico dos discentes em situação de vulnerabilidade, garantindo as condições de moradia, alimentação e outras despesas relacionadas ao âmbito da assistência estudantil. Em 2006, a SET foi transformada na Pró-Reitoria de Assistência Estudantil durante a gestão do ex-reitor Naomar Monteiro de Almeida Filho (2002-2010), sendo renomeada após três anos como a: Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE).

Atualmente, esta pró-reitoria é regida pela Lei nº 14.914/2024, a qual institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), e concomitantemente pelos Art. 21º e Art. 22º do Regimento Interno da Reitoria da Universidade Federal da Bahia (2013), atuando na centralização e otimização dos recursos financeiros destinados para a garantia da permanência dos(as) alunos(as) de graduação e pós-graduação *stricto sensu* em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por meio de ações afirmativas efetivas, almejando-se a construção de um âmbito acadêmico democrático e equânime.

No período de 2016.1 a 2022.1 o número de graduados que ingressaram na universidade através das cotas corresponde a 7.282 pessoas (UFBA, 2023). Desta maneira, sem dúvidas a institucionalização do SISU e a implementação da Lei de Cotas configuram-se como um avanço crucial na redução das mazelas ocasionadas pela escravização, as quais foram intensificadas com a instauração do capitalismo em seu estágio monopolista, agregando-se a esta sociedade novas contradições e antagonismos.

Entretanto, apesar das mudanças históricas e da construção de um novo perfil dos(as) estudantes que adentraram nas universidades, fruto das lutas dos movimentos sociais e estudantis, as estatísticas demonstram que temos muito o que avançar no que se refere a atingir uma democratização do acesso ao ensino superior, visto que ainda ocorre o fenômeno

“a exclusão dos incluídos”, citado por Garrido (2015, p. 257), onde a autora reforça que apenas ampliação de vagas no ensino superior não é suficiente, sendo necessário atrelar a esta ação, de modo indissociável, um meio de assegurar as condições adequadas para que os(as) discentes concluam a sua graduação com êxito, sendo-lhe fornecido uma educação de qualidade, democrática e equânime durante a sua trajetória acadêmica.

Para além da permanência, é extremamente importante dialogarmos e desenvolvermos ações concretas para propiciar a pós-permanência estudantil, amparando estes(as) jovens, adultos e idosos recém-formados, que passaram a compor o Exército Industrial de Reserva (EIR), visto que a sociedade capitalista nunca produzirá uma realidade em que não exista pessoas em situação de desemprego.

À vista disso, compreende-se que as condições de desigualdade social e discriminação em que estes (as) estudantes são expostos cotidianamente, geram impactos negativos no contexto pessoal e acadêmico dos residentes universitários, aumentando ainda, as probabilidades de evasão ou interrupção da trajetória acadêmica. Portanto, a perspectiva de equidade no âmbito da Assistência Estudantil é de suma importância, pois espera-se que todos os indivíduos possuam acesso à educação de forma equânime, sem distinção de raça, etnia, classe social, idade ou gênero, reparando-se as desigualdades sociais presentes na sociedade brasileira contemporânea, oriundas da formação desta sociedade. Assim, anseia-se evitar que as diversidades individuais e socioculturais resultem em desigualdade de oportunidades, e ainda, no agravamento das condições de vulnerabilidade desses indivíduos.

Na contemporaneidade, as condições de permanência estudantil e seus impactos no índice de evasão no ensino superior público no Brasil é uma questão extremamente relevante para a sociedade civil, sendo debatida entre os profissionais do âmbito da educação e observada como objeto de estudo de diversas pesquisas acadêmicas. Entretanto, não podemos deixar de mencionar que o fenômeno da evasão no âmbito da assistência estudantil ainda é pouco discutido entre a categoria profissional do Serviço Social, isto se compararmos com os debates postos em outros espaços sócio-ocupacionais.

No que concerne à temática que esta monografia propõe-se a analisar, de acordo com a Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento - PROPLAN (2023), tendo como ano base 2022, o número de discentes que acessam o serviço de residência universitária corresponde à 302 assistidos(as). Dito isto, ao entrarmos em contato com o Núcleo Gestão de Residência Universitária (NGRU) da PROAE, sendo este responsável por atender as demandas provenientes das residências universitárias, nos foi informado que desde o ano de 2022,

contabilizou-se que 51 alunos(as) evadiram do Serviço de Residência Universitária (SRU/PROAE/UFBA), sendo a taxa de evasão de aproximadamente 16,89% no ano de 2022.

Assim, a evasão, enquanto uma expressão da questão social, caracteriza-se como um desafio que se apresenta ao cotidiano profissional dos assistentes sociais no âmbito da assistência estudantil, tornando-se um empecilho na atuação desses(as) profissionais que objetiva viabilizar o acesso aos direitos dos(as) discentes, expressos constitucionalmente. Portanto, faz-se necessário que a atuação profissional do assistente social na área da Assistência Estudantil seja crítica e competente, onde este aproprie-se das dimensões da profissão: interventiva e investigativa. Destarte, a atuação na realidade dos sujeitos requer atrelar a prática ao conhecimento teórico-metodológico, tomando posse das duas dimensões expostas, a fim de obter uma mediação efetiva, crítica e qualificada sobre os meios e modos de responder às expressões da questão social.

Em concordância com Guerra (2009, p. 17), “ousar saber para ousar transformar”, pois o conhecimento proporciona a mudança. Logo, a apropriação do caráter investigativo da profissão resulta em respostas efetivas na intervenção profissional, sendo por meio desta que o(a) assistente social poderá compreender a realidade da cotidianidade desses sujeitos, identificando as nuances absconditas do fenômeno analisado, captando-o em sua totalidade e, percebendo ainda, as subjetividades desses indivíduos.

3.1 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO: AVANÇO OU RETROCESSO?

O movimento de contrarreforma no Brasil iniciou-se expressivamente na década de 90 do século XX e alastrou-se até o momento contemporâneo. Segundo Silva (2018), podemos definir a contrarreforma como um movimento que restringe os direitos sociais, caracterizando-se como um retrocesso no âmbito dos direitos duramente conquistados pela classe trabalhadora.

Deste modo, as crises cíclicas do capital (abordadas no tópico anterior) somadas ao movimento de contrarreforma criam um contexto que ameaça os direitos sociais, afetando não somente a política de assistência estudantil, mas também diversas outras políticas públicas, como, por exemplo, as políticas de seguridade social, que são as políticas de assistência social, saúde e previdência. Mediante o exposto, o cenário de crise do capital é propício para que as empresas multinacionais ampliem seus horizontes e margens de lucros, onde estas

estão sempre em busca da elaboração de novas estratégias que visem o retorno capital de seus investimentos no mercado financeiro, aproveitando-se das desigualdades sociais produzidas por um sistema econômico destrutivo e hostil.

Para além do movimento de contrarreforma no Brasil (que adquiriu forma durante o governo Fernando Henrique Cardoso - FHC) e das crises do capital, há também o avanço do neoliberalismo no país. O avanço do neoliberalismo ocorreu na década de 1990, quando o papel do Estado foi redefinido sob a perspectiva da lógica neoliberal. Apesar de haver uma discussão acerca do fundador do discurso neoliberal, há um consenso de que este discurso adveio através de Ronald Reagan (ex-presidente dos Estados Unidos da América- EUA), cujo mandato ocorreu a partir do ano de 1981 a 1988, sendo este período marcado por intensas medidas conservadoras.

Em conformidade com os escritos de Silva (2018), a partir da segunda metade da década de 1990, o Brasil sofreu com altos índices de desemprego, sendo aprofundadas as desigualdades sociais existentes em nossa sociedade devido a instauração da crise do capital e com o fortalecimento do neoliberalismo, apresentados pelo governo de Fernando Collor de Mello e continuado no mandato de FHC. A autora afirma ainda, que nestes governos foram implementadas as reestruturações produtivas e as restrições dos direitos sociais e trabalhistas. Conforme destaca Iamamoto (2020), é assustadora a forma e a dimensão em que se propaga o discurso neoliberal, cuja intencionalidade é:

atribuir título de modernidade ao que há de mais conservador e atrasado na sociedade brasileira: fazer do interesse privado a medida de todas as coisas, obstruindo a esfera pública, a dimensão ética da vida social pela recusa das responsabilidades e obrigações sociais do Estado (Iamamoto, 2020, p. 44-45).

Logo, o neoliberalismo é um sistema socioeconômico que se baseia na demonização do papel do Estado sobre o social e no incentivo à iniciativa privada. À vista disto, o contexto neoliberal expressa uma ofensiva ideológica, onde a estratégia da classe dominante é usufruir-se dos meios de comunicação como instrumentos para a propagação dos seus discursos ideológicos, a fim de conceber um consenso hegemônico e legitimar as políticas privatistas e regressivas, ainda que a perpetuação desses discursos resulte na intensificação da desigualdade social, estando abscondido o real interesse da classe dominante.

Este consenso hegemônico, denominado por Behring (2009, p. 78), como "pensamento único" gera as condições necessárias para a hegemonia do capital, ocasionando a implementação de mudanças significativas no modo em que está organizado o mundo do trabalho, bem como, termina por reconfigurar o próprio mercado, pois o estabelecimento de

uma ideologia "universal" ou "pensamento unificado" camufla as consequências geradas pelo sistema socioeconômico capitalista.

À luz deste pensamento, nota-se que a mercadoria assume um protagonismo frente às relações sociais, em que a organização política, econômica e social gira em torno exclusivamente da produção e reprodução do capital. Assim, valendo-se da teoria marxiana, percebe-se que o fetichismo da mercadoria oculta as relações sociais e econômicas, onde este fenômeno utiliza-se da universalização dos discursos da classe dominante como instrumento de alienação, visto que esta detém os meios de reprodução espiritual e material.

Estas três variáveis combinadas (nos referimos à contrarreforma, às crises do capital e à lógica neoliberal), resultaram na onda de privatização, no retrocesso dos direitos conquistados, na precarização dos serviços públicos prestados e nos desmontes das políticas públicas. O Estado adota uma postura clientelista, em que os direitos sociais transformam-se em direitos do consumidor.

Desta maneira, este contexto social abre espaço para o desfinanciamento, privatização e mercantilização das políticas sociais, visando assegurar as condições propícias para a produção e reprodução do capital. Portanto, a privatização ocasiona na desresponsabilização do Estado frente à gerência das políticas sociais, estimulando-se as ações do terceiro setor. Isto significa dizer que se retira a responsabilidade do Estado e coloca-se sobre a sociedade civil.

As crises cíclicas do capital instauram uma onda de retrocessos no âmbito da assistência estudantil, em que, historicamente falando, apesar de mudar-se a gestão presidencial ao longo dos anos, o evento repete-se por inúmeras vezes, isso desde o governo de FHC (1995-2003), filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, passeando pelos mandatos de: Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011), filiado ao Partido dos Trabalhadores - PT; Dilma Vana Rousseff (2011-2016), também filiada do PT; Michel Miguel Elias Temer Lulia (2016-2019), filiado ao partido do Movimento Democrático Brasileiro - MDB; Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), cuja filiação durante o seu mandato se deu pelo Partido Social Liberal - PSL e, posteriormente, pelo Partido Liberal - PL; e, atualmente Luís Inácio Lula da Silva (2023-2027), com o seu terceiro mandato, mantendo a filiação ao partido mencionado anteriormente.

Na presente monografia, nos ateremos a realizar um breve resumo dos impactos da gestão destes governos na política educacional e, conseqüentemente, na política de assistência estudantil. De acordo com Figueiredo (2005, *apud* Coelho, 2012, p.44), no que tange o ensino superior no Brasil, é importante salientar que durante o mandato de FHC (1995-2003), o

ministro da educação era Paulo Renato de Souza. Situando, portanto, o leitor acerca do responsável pela gestão do ministério que possui como função elaborar, executar e avaliar as políticas educacionais entre os anos de 1995 a 2003, cabe afirmar que neste governo houveram cortes orçamentários que resultaram no sucateamento das universidades públicas, o que impactou diretamente na aquisição de equipamentos para o cotidiano universitário e de recursos materiais para a ampliação dos *campi*. Para além do fato mencionado, a falta de investimento para a pesquisa e extensão e a inexistência de uma política de assistência estudantil ocasionou no crescimento exacerbado das Instituições de Ensino Superior - IES privadas.

Durante os mandatos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011), fora criado o Sistema de Seleção Unificada- SISU no ano de 2010, cujo sistema foi crucial para o ingresso de pessoas de baixa renda no ensino superior (não iremos aprofundar sobre este sistema, pois já esboçamos a sua funcionalidade e importância no capítulo anterior). Durante o governo da presidenta Dilma Vana Rousseff (2011-2016), foram implementadas as seguintes leis que tiveram impactos positivos significativos para o âmbito da assistência estudantil: Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas), a qual possibilitou o ingresso de pessoas autodeclaradas negras (pretos/as e pardos/as) e indígenas; e também a Lei nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação- PNE), uma legislação que estabelece metas e diretrizes para o desenvolvimento da educação no país, visando orientar as políticas públicas e os investimentos destinados ao âmbito da educação, abrangendo todos os níveis de ensino, sendo a sua vigência de dez anos a partir da sua data de promulgação (2014-2024).

No governo de Michel Miguel Elias Temer Lulia (2016-2018), foi promulgada a Emenda Constitucional-EC nº 95/2016 ou Novo Regime Fiscal, pelas Mesas da Câmara dos Deputados e Senado Federal, sendo os presidentes das Mesas, respectivamente, o Deputado Rodrigo Maia e o Senador Renan Calheiros. Assim, esta emenda foi promulgada em 15 de dezembro de 2016, causando impactos negativos nos investimentos das políticas públicas destinadas à área da educação, dentre eles podemos citar: o congelamento de investimentos, em que a EC nº 95/2016 limitou os gastos públicos por duas décadas, ou seja, os recursos financeiros que seriam destinados à educação não podem ultrapassar o índice de inflação; diminuição do orçamento, onde o congelamento do orçamento resulta na diminuição dos recursos financeiros que seriam destinados a esta área; e afetou também o financiamento de universidades e instituições de pesquisa.

Ademais, não podemos deixar de mencionar o período do governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, sendo o período de exercício do seu mandato de 2019 a 2022,

reputado como um marco de retrocessos e desmontes das políticas públicas, atingindo-se também a política de assistência estudantil, contexto este de cortes orçamentários, inúmeras ofensivas e ataques destinados às universidades federais.

Portanto, para exemplificar um desses ataques contra a educação, realizados durante o governo negacionista de Bolsonaro, cabe mencionar o caso de Abraham Weintraub, ex-ministro da educação. De acordo com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES (2019), Weintraub, em uma de suas falas, realizou acusações incabíveis e infundadas de que as universidades federais são locais de "balbúrdia", acusando ainda algumas universidades de possuírem "plantações extensivas de maconha", dispondo de laboratórios de drogas ilícitas, sendo estes um dos motivos apontados pelo ex-ministro para justificar os cortes orçamentários das universidades federais. Inegavelmente, chegou ao ápice as criações e compartilhamento de *fake news* no referido governo, período em que os eleitores de Bolsonaro usufruíram das redes sociais e o seu rápido alcance de pessoas, para difundir esse discurso da elite na classe trabalhadora.

Ora, as *fakes news*⁴ cumpriram o seu papel de realizar um desserviço para a população, ampliando-se cada vez mais o número de eleitores do governo conservador que se instaurou, em que muitos trabalhadores se voltaram contra seus próprios direitos (uns por falta de conhecimento, outros por pura conivência), a fim de disseminar a ideologia da classe dominante.

Para compreendermos o que é essa ideologia da classe dominante, a qual vem sendo propagada ao longo dos séculos e que assumiu um caráter explícito com a posse do governo conservador da extrema direita, é interessante realizarmos um resgate histórico das concepções de Marx (1998) sobre o termo ideologia. A este respeito, o autor afirma que a utilização do termo “ideologia” difere-se da maneira que compreendemos hoje. Assim, o termo foi utilizado pela primeira vez por Antoine Destutt de Tracy, para referir-se à uma ciência superior ou ciência das ideias. Dito isto, Marx faz menção ao fundador do termo e, em seguida, realiza uma crítica a esta visão equivocada, sugerindo ainda uma nova roupagem a este conceito, atribuindo-lhe um novo caráter teórico.

Com base na teoria marxista, a ideologia dominante utiliza-se do fetichismo das mercadorias, o qual ocorre no âmbito das relações sociais, onde o trabalho humano é coisificado e o produto gerado por seu trabalho (a mercadoria) assume o papel de protagonista

⁴ Termo em inglês, onde a sua tradução para o português se equipara à “notícias falsas”. Não se sabe ao certo a origem deste termo, sabe-se somente que a sua repercussão em larga escala ocorreu através dos meios midiáticos entre os anos de 2016 a 2017.

nesta relação social. Logo, o fetichismo da mercadoria efetua-se como um meio de inversão das ideias e das próprias relações sociais, alienando o trabalhador e fazendo com que este não se reconheça enquanto tal, bem como não reconheça o valor do seu trabalho na mercadoria produzida por ele, sendo esta alienação oriunda da divisão do trabalho. Além disso, essa ideologia dominante é disseminada como universal, sendo posteriormente naturalizada.

Em outros termos, como a classe dominante dispõe dos meios de reprodução material⁵ e espiritual⁶, já que é detentora dos meios de produção e do capital, esta consegue propagar as suas ideias e os seus interesses como um interesse comum de toda a sociedade. Contudo, esta visa satisfazer aos seus próprios interesses, utilizando-se de estratégias de manipulação e alienação para garantir a sua fonte de rendimento (lucro) e as condições necessárias para manter a sua posição social enquanto classe dominante.

Mediante o exposto, alicerçando-se na teoria marxista, podemos compreender como a classe dominante utiliza-se dos meios de reprodução material e espiritual para disseminar discursos que a favoreçam. Percebendo-se, então, como este discurso, realizado pelo ex-ministro Abraham Weintraub contra as universidades públicas, oculta o interesse da elite em não querer que os(as) negros(as) e periféricos(as) possuam acesso à educação superior. À luz deste raciocínio, Mészáros (2008) traz uma reflexão interessante sobre a desigualdade no sistema educacional, apontando a predominância de privilégios da elite dominante no quesito do conhecimento:

Na concepção de educação há muito dominante, os governantes e os governados, assim como os educacionalmente privilegiados (sejam esses indivíduos empregados como educadores ou como administradores no controle das instituições educacionais) e aqueles que têm de ser educados, aparecem em compartimentos separados, quase estancos (Mészáros, 2008, p.69).

Enfim, há muitos avanços necessários para promover uma educação equânime. Sendo assim, é necessário desmistificar a ideia de meritocracia, onde repercute-se a falácia de que a ascensão social e o acesso à educação superior depende exclusivamente do esforço individual dos sujeitos. Sabe-se que, na realidade, a meritocracia inexistente na sociedade brasileira.

Em face do exposto, considerando que a PROAE é uma instituição pública e que depende do repasse do recurso financeiro federal destinado para o PNAES, é perceptível o quanto o corte orçamentário que ocorreu durante o mandato do presidente anterior afetou o trabalho profissional, pois fora recorrente a falta de materiais básicos para desempenhar as

⁵ Refere-se à reprodução dos meios de produção. Ou seja, a produção e reprodução da classe trabalhadora.

⁶ Refere-se à esfera cultural, à consciência social. De outro modo, são os pensamentos produzidos e reproduzidos para favorecer o sistema capitalista.

atividades cotidianas. Para mais, afetou inclusive o cotidiano dos usuários, visto que houve a redução dos auxílios e bolsas com o propósito de evitar a suspensão destes.

Com a eleição do atual presidente Luís Inácio Lula da Silva (2023-2027), foi anunciado recentemente a expectativa de aumento no valor das bolsas e benefícios estudantis, configurando-se em melhorias para toda a comunidade UFBA, assim espera-se avançar cada vez mais rumo à uma educação equânime com igualdade de oportunidades. Durante o mandato do presidente supracitado, em 11 de junho de 2024, foi aprovado pelo Plenário do Senado o Projeto de Lei - PL nº 5.395/2023 (atualmente aguardando sanção presidencial), o qual institui a Política Nacional de Assistência Estudantil- PNAES, trazendo contribuições importantes no que diz respeito às condições de permanência estudantil no ensino superior público.

Definitivamente, a aprovação do PL nº 5.395/2023 é um marco importante para a assistência estudantil, visto que esta é definida agora como uma política e não mais como um programa. Todavia, é preocupante a alteração dos critérios de elegibilidade para pleiteantes ao Programa de Assistência Estudantil (PAE) -um dos programas ao qual o projeto de lei abrange-, onde a Renda Bruta Per Capita Familiar passa a ser de 1(um) salário mínimo (o que anteriormente era de 1,5 salário mínimo), o que configura-se como uma ação excludente e retrógrada.

Infelizmente, este projeto de lei foi aprovado no ano de 3 de julho de 2024 e tornou-se a Lei nº 14.914, a qual institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), sendo possível observar o retrocesso supracitado no inciso I do Art. 10 da referida lei, que diz o seguinte: “Poderá ser beneficiado com a bolsa permanência o estudante que cumprir, cumulativamente, as seguintes condições: I - possuir renda familiar mensal per capita não superior a 1 (um) salário mínimo” (BRASIL, 2024, p. 4).

Indubitavelmente, a contrarreforma alterna entre movimentos sutis e extremos, em momentos mais agressivos, resultando em uma população reativa. Em outros momentos, suas mudanças são tão sutis que é quase imperceptível, fazendo com que os cidadãos não percebam as mudanças que foram feitas, possivelmente por desconhecimento de tais alterações, a exemplo disso temos o projeto de lei citado outrora, poucas pessoas têm conhecimento deste fato e das suas implicações para o cotidiano dos(as) usuários(as) da política de assistência estudantil.

É evidente que o presidente Lula tem apresentado discursos contraditórios aos ideais da esquerda, tecendo, por exemplo, em um de seus discursos uma crítica à recente greve dos professores, por meio da qual estes profissionais reivindicavam por melhores condições de

trabalho, reajuste salarial, dentre outras melhorias destinadas ao ensino superior público. Segundo o canal da Rádio Itatiaia (2024), em entrevista à Rádio Mirante News, o Presidente Lula respondeu o seguinte ao ser questionado sobre a greve:

[...] as universidades que fizeram greve agora, eles sabem que nós demos 9% no primeiro ano sem que pedissem, nós demos 9% depois de 6 anos sem um centavo de aumento. Depois, os benefícios que nós oferecemos, vai de 28 a 43%. Aí, o pessoal queria 4,5% (4,5 não, não podemos sair sem nada). Já ganharam em 2023! 'Cês' nem me agradeceram os 9% e já 'tão' cobrando mais 4,5 (Lula, 2024).

Esta fala infeliz do presidente Luís Inácio Lula da Silva nos remete ao caráter assistencialista e caritativista do Estado, um pensamento conservador que estabelece uma relação de favores entre o Estado e a sociedade civil, na tentativa de estimular a subserviência na população brasileira, especialmente em seus eleitores e apoiadores. Este discurso de que os trabalhadores deveriam agradecer pelo mínimo que foi feito pelo Estado chega a ser cômico, visto que atualmente a situação conjuntural da educação no ensino superior público ainda é precária.

Vale frisar que o Brasil não tem como forma de governo uma monarquia com súditos e reis, mas sim uma democracia representativa, onde a população elege alguém para representá-los. Nesta perspectiva, a população tem o dever de cobrar e requisitar que o governante atenda às suas necessidades, não há espaço para reverência ou agradecimento ao representante por realizar a sua função. Na realidade, quando os(as) cidadãos reconhecem (de forma positiva) ou criticam a forma em que o representante eleito opta por governar, estes estão desempenhando o papel de fiscalização, exercendo a sua participação civil na esfera política.

Logo, tem se tornado preocupante os rumos da atual gestão do presidente Lula, as suas alianças partidárias e discursos que terminam por ameaçar o direito da classe trabalhadora. Decerto, a política é um terreno conflituoso, permeado por tensionamentos e disputas entre duas classes antagônicas, e já era previsível que neste “jogo” político, o presidente Lula tentaria agradar novamente ambas as classes, para garantir a sua permanência no poder. Esta contradição na esfera política em atender concomitantemente ambas as classes, ao passo que prioriza os interesses do capital é algo que está além de bandeiras partidárias ou do indivíduo que esteja no poder, trata-se de algo estrutural. Como bem define Przeworski (1991, p. 60), dentro do contexto de uma sociedade capitalista, o governo possui uma relação de dependência com o capital, denominada pelo autor como “*dependência estrutural*” (grifo nosso). Entretanto, nos preocupa que a gestão atual penda mais para o lado dos interesses da classe dominante, perdendo-se o caráter de classe do partido que se diz de esquerda.

Ademais, a realidade vivenciada pela sociedade brasileira expressa um contexto de paradoxos ocasionados pelo sistema socioeconômico capitalista, de um lado temos o sucateamento das universidades públicas e, em polo oposto, temos o crescimento exacerbado de instituições privadas de ensino superior. Em face da precarização do ensino superior público, o crescimento de instituições privadas de má qualidade implica em uma formação acadêmica insuficiente, haja vista que o não fornecimento de uma formação qualificada e crítica - importante frisar que não estamos generalizando, pois não são todas as faculdades privadas que podem ser categorizadas como meras produtoras de diploma⁷ - resulta na formação de profissionais desqualificados para o mercado de trabalho, profissionais incapazes de exercerem a sua criticidade sobre o processo de trabalho ao qual estão inseridos.

Portanto, estabelece-se entre os alunos e a instituição de ensino uma relação clientelista, em que para o capital a mercadorização de vidas é válida para assegurar a sua produção e reprodução. De modo inegável, a política educacional, incluindo a política de assistência estudantil, ocasiona no descontentamento do capital, visto que em sua perspectiva mercadológica (que transforma e vê tudo como mercadoria), esta política não gera lucro para o mercado financeiro.

Assim, a política de assistência estudantil vem sendo afetada negativamente ao longo dos anos, sofrendo com os cortes orçamentários e o congelamento do teto da verba que seria destinada a esta política. Por fim, ressalta-se a importância das lutas e dos movimentos sociais, pois por meio deles se cria a resistência frente à barbárie, negacionismo, desmontes e retrocessos vivenciados em um passado não tão distante.

⁷ O termo “meras produtoras de diploma” aqui empregado, significa dizer que há faculdades privadas que almejam apenas fornecer o canudo de diploma aos seus discentes, enxergando os alunos como números ou metas a serem atingidas. As meras produtoras de diploma oferecem um ensino defasado e simplório, o que como já foi dito, resulta em profissionais despreparados para o mercado de trabalho.

4 O FENÔMENO DA EVASÃO NAS RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS DA UFBA

Neste capítulo, apresentaremos a discussão acerca do fenômeno da evasão no ensino superior, trazendo algumas obras tidas como pioneiras na abordagem deste fenômeno, para compreendermos que a evasão é complexa e multifacetada.

Após ter revelado a definição conceitual do fenômeno, ousamos expressar como este se apresenta no âmbito da assistência estudantil, em específico, no Serviço de Residência Universitária da UFBA.

Ainda neste capítulo, veremos a diferença existente entre três categorias que estão intrinsecamente interligadas, tais são: assistência estudantil, evasão e permanência. Tendo estes conceitos bem delimitados, partimos para apresentação das residências universitárias da UFBA, expressando ainda os resultados obtidos a partir da pesquisa realizada, sobre o perfil étnico-racial, gênero e etário dos residentes universitários da universidade supracitada.

Por fim, expomos alguns relatos dos residentes universitários sobre a importância das residências universitárias para assegurar a sua permanência na instituição de ensino superior, reforçando que este espaço não trata apenas de uma moradia, mas de um ambiente que favorece o estabelecimento de vínculos, possibilita novos aprendizados e experiências úteis para a formação acadêmica e pessoal dos indivíduos.

4.1 A EVASÃO: DESMISTIFICANDO O CONCEITO

Ao longo dos anos, o fenômeno da evasão no ensino superior tem sido objeto de estudo de pesquisas internacionais, principalmente de países de Primeiro Mundo (que são os países tidos como desenvolvidos na conjuntura da sociedade capitalista), devido a sua complexidade e impactos negativos tanto para as universidades públicas quanto para as privadas. No entanto, no Brasil esta discussão ainda é recente, havendo poucas obras que se dediquem a analisar este fenômeno social.

Segundo Coimbra et.al (2021, p. 5) “não há como definir a evasão sem que esteja claro de qual referencial teórico partimos”. Decerto, em concordância com estes autores, afirmamos que para compreendermos o fenômeno da evasão em sua totalidade, faz-se necessário primeiramente traçar a sua definição conceitual, explicitando em qual corrente teórica estamos nos alicerçando para realizar tal feito.

Contudo, antes de adentrarmos neste aspecto, é importante frisar que é notório a dificuldade dos autores em traçar uma definição precisa, abrangente e consensual sobre o fenômeno da evasão no ensino superior, portanto apresentaremos adiante algumas dessas concepções. De fato, há uma lacuna abissal nas tentativas de definição deste conceito, o que é compreensível mediante a complexidade e múltiplas determinações que atravessam este fenômeno.

No cenário nacional, o relatório elaborado pela Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Federais em conjunto com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES); a Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM); a Secretaria de Educação Superior - SESu; e o Ministério da Educação (MEC), intitulado por: “Diplomação, Retenção e Evasão nos Cursos de Graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas” pode ser considerado um documento pioneiro e extremamente importante para traçar um panorama do fenômeno da evasão nas universidades federais e estaduais do Brasil.

Brasil (1996) ressalta a importância de abordar este fenômeno com cautela, para não realizar definições genéricas ou tentativas de uma simplificação destoante de uma realidade tão específica. Tendo isto em vista, vale dizer que a definição da evasão varia a partir da área em que ela está situada e sendo analisada, como também pela perspectiva do autor que se dedica a analisar e escrever sobre a mesma. Destacamos que não é possível realizar uma análise deste fenômeno sem compreender as questões econômicas, políticas, geográficas e sociais que o permeiam.

Não é difícil encontrarmos autores que abordam sobre a evasão utilizando termos errôneos para referir-se tanto ao fenômeno quanto ao indivíduo que evadiu. Nota-se que, em algumas obras, os termos como “abandono” ou “desistência” são empregados de forma incorreta para descrever a evasão, assim como utilizam a terminologia “desistente” ou “evadido” para mencionar o aluno que evadiu da instituição de ensino, em que estas confusões derivam justamente da imprecisão da definição do fenômeno da evasão no ensino superior.

Para o INEP (2017), a desistência refere-se a desvinculação do aluno com o curso de origem ou migração para um outro curso na mesma instituição de ensino. Já a evasão, diz respeito à saída do discente do curso de graduação antes de concluí-lo, nas palavras deste Instituto a evasão é a:

saída antecipada, antes da conclusão do ano, série ou ciclo, por desistência (independente do motivo), representando, portanto, condição terminativa de insucesso em relação ao objetivo de promover o aluno a uma condição superior a de ingresso,

no que diz respeito à ampliação do conhecimento, ao desenvolvimento cognitivo de habilidades e de competências almejadas para o respectivo nível de ensino. Obviamente, a interrupção do programa em decorrência de falecimento do discente não pode ser atribuída como insucesso, dado que, de forma geral, se trata de caso fortuito e não se pode presumir uma intencionalidade do indivíduo em interromper o curso, cessá-lo ou uma incapacidade do indivíduo de manter-se no programa educacional (Inep, 2016, *apud* Inep, 2017, p. 9-10).

Vejamos, é notório que o próprio Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) realiza uma concepção infeliz sobre a evasão ao relacionar a saída do discente do curso de graduação com a sua “incapacidade” de permanecer nas Instituições de Ensino Públicas (IESP). Sabemos que o fato do(a) aluno(a) evadir da instituição não está associado à sua incompetência, mas sim aos fatores externos que impactam na sua condição de permanência. Enxergar a evasão pelo prisma que o INEP propõe, significa ignorar as condições subjetivas e externas que atravessam o sujeito, imputando-lhe uma responsabilidade que não se esgota no âmbito individual. Supõe culpar o indivíduo pelos fatores que lhe levaram a evadir e, por consequência, isentar o Estado da sua responsabilidade para com os cidadãos de garantir uma educação de qualidade e equânime, assim como assegurar a permanência estudantil.

De modo geral, podemos afirmar que a definição conceitual da evasão é inexata, tanto no cenário internacional quanto no nacional, sendo comumente entendida como a saída prematura e efetiva do discente dos cursos de graduação.

Como dito anteriormente, alguns autores estrangeiros dedicaram-se a abordar sobre este fenômeno, criando pontos de partida necessários para a análise e compreensão da evasão. Dentre estes autores, podemos destacar Vicent Tinto, que segundo Pinheiro et al. (2023), foi um dos primeiros autores internacionais a realizar um modelo teórico acerca da evasão, compreendendo este fenômeno a partir de uma perspectiva comportamental, tendo como base a teoria durkheimiana sobre o suicídio.

Ainda em conformidade com os escritos de Pinheiro et al. (2023), o sociólogo francês Émile Durkheim afirmava que um indivíduo não integrado socialmente estaria mais suscetível a suicidar-se. Seguindo esta corrente teórica, Tinto (1975, *apud* Pinheiro et al., 2023) afirma que uma instituição de ensino equivale à um sistema social, comparando assim, o abandono da instituição com o suicídio, mas compreendendo que o nível de complexidade de ambos são distintos.

Portanto, o autor supracitado aponta que um indivíduo estaria propenso a evadir caso não se sentisse pertencente à instituição ou aos valores que a mesma apresentasse. Dessa maneira, a teoria da integração proposta por Tinto (1975) compreendia que: “[...] não apenas

as características pessoais o levarão ao abandono, mas também as expectativas profissionais e motivacionais do indivíduo em relação ao meio acadêmico e social, prevalente na instituição” (Pinheiro et al., 2023, p. 5).

Fica explícito que o autor entende a permanência do indivíduo na instituição de ensino como intrínseca ao grau de interação e integração com o ambiente universitário que o cerca, em que à medida que o estudante se empenha em interagir com outros alunos e se insere em atividade extracurriculares, as chances deste discente permanecer na universidade aumentam.

Para Neimba e Franco et al. (2021, *apud* Pinheiro et al., 2023), o autor ainda considera que a infraestrutura que a instituição de ensino apresenta também é um fator importante para a taxa de evasão, ainda que o seu impacto seja menor que os outros aspectos mencionados. Ainda neste rumo ideológico, Tinto (1975) estabelece em seu modelo teórico que o discente possui uma bagagem de experiências antecedentes ao seu ingresso na universidade, o que significa dizer, que as suas experiências ao moldar a sua personalidade, interfere também na sua motivação em concluir ou não a graduação.

O modelo teórico proposto por Tinto e Cullen (1973), é útil para pensarmos o discente enquanto um sujeito social, que ao estar inserido na sociedade termina por apresentar realidades, pensamentos, personalidades e experiências diferentes uns dos outros, em que estes elementos combinados podem, de fato, implicar na permanência ou evasão dos discentes das instituições de ensino superior.

Ademais, ainda percebendo o aluno como um sujeito social e tendo em vista que as relações sociais são necessárias para a nossa formação enquanto indivíduos, entendemos que a não interação do indivíduo com o espaço que o cerca pode ocasionar em desconforto e no sentimento de não pertencer àquele ambiente, aumentando a probabilidade de evasão.

Dentre as contribuições positivas apresentadas pelo *modelo de integração* para analisar o fenômeno da evasão, podemos destacar a sua crítica a respeito da rotulação de alunos que evadiram como “desistentes”:

While it seems unavoidable that the demand for access to higher education will continue to increase in the foreseeable future, it should not follow that higher education should attempt to serve, in an uncritical manner, each and every person who enters. To classify as a dropout every-one who leaves, irrespective of his interests or goal commitment, is, in effect, to suggest that higher education do just that⁸ (Tinto; Cullen, 1973, p. 79).

⁸ Embora pareça inevitável que a demanda por acesso ao ensino superior continuará a aumentar no futuro previsível, não se deve concluir que o ensino superior deva tentar servir, de forma acrítica, toda e qualquer pessoa que ingressa. Classificar como desistente todo aquele que sai, independentemente de seus interesses ou comprometimento com metas, é, na verdade, sugerir que o ensino superior faça exatamente isso (Tinto; Cullen, 1973, p. 79, tradução nossa).

Tendo expresso o pensamento dos autores, compreendemos o quão problemático é definir os discentes que evadiram como “desistentes” e/ou “evadidos”, visto que estes termos desconsideram as subjetividades dos sujeitos, atrelando uma situação mutável e complexa como de responsabilidade exclusiva daquele que evadiu. Assim, nesta perspectiva ideológica, a universidade que adota uma visão reducionista e acrítica sobre o fenômeno da evasão, menosprezando as subjetividades dos alunos e as motivações que os levaram a evadir (sejam elas internas ou externas) e, ao mesmo tempo, categorizando estes sujeitos como “desistentes”, resultará na criação de políticas estudantis que reforçam a exclusão, operando de modo ineficiente ou, ainda, paliativo.

Para elucidar este debate, cabe trazermos o exemplo do termo “menor infrator”, o qual é alvo de crítica e debate entre a categoria profissional do Serviço Social na contemporaneidade. É óbvio que não estamos comparando ambas as situações, já que a comparação seria incabível dado a natureza distintas das mesmas. Portanto, o exemplo trazido é apenas para explicar a problemática em torno de termos que abarcam em sua terminologia o reforço do preconceito e da segregação.

O termo “menor infrator” reforça a estigmatização da criminalização do adolescente, reduzindo a sua existência ao ato infracional cometido. Em outras palavras, é como se a sociedade enxergasse primeiro o ato infracional e depois o adolescente, não percebendo-o primeiro enquanto um indivíduo dotado de direitos e deveres. Assim, este termo deve ser abolido, sendo substituído por “adolescente em conflito com a lei” (aqui a palavra “conflito” refere-se à ausência de políticas sociais voltadas aos adolescentes, e não ao ato infracional cometido) ou “adolescente autor de ato infracional”. De modo semelhante, os termos como: “desistentes” e “evadidos” devem ser extintos, podendo ser substituídos por “discente que evadiu” ou outra variação aceitável e que não reforce o estigma social de pessoas que não concluíram o ensino superior como desistentes ou incapazes.

Considerando a época em que foi escrito, o texto de Tinto e Cullen (1973) apresenta uma discussão inovadora, que traz elementos cruciais para a compreensão do fenômeno da evasão. Mesmo que não concordemos com todos os aspectos apontados em seu texto, é inegável que as suas discussões podem ser consideradas norteadoras na tentativa de captar a essência deste fenômeno social.

Todavia, há outros aspectos externos que impactam na evasão e permanência que não foram contemplados pelo modelo teórico elaborado por Tinto. Ainda que em certa medida este tenha apontado a infraestrutura do ambiente universitário como um fator determinante, o *modelo de integração* sozinho não é suficiente para compreender a totalidade de um

fenômeno tão complexo, pois não contempla as nuances específicas da evasão.

Para além disso, salienta-se que é necessário tomar cuidado ao analisar o fenômeno da evasão a partir de uma perspectiva comportamental, pois é arriscado cair em uma concepção do *ethos* individualista, que termina por culpabilizar o indivíduo pela sua condição, em que neste caso, atribuiria a responsabilidade da saída da instituição de ensino ao próprio discente, ignorando e/ou negligenciando a menção de outros fatores externos ao indivíduo.

O pedagogo Alexander W. Astin (1984) é outro autor relevante que se dedicou a escrever sobre a evasão, que apesar de seguir também a linha da teoria comportamental, apresenta em certa medida contribuições interessantes para análise do fenômeno da evasão.

Astin (1984) cria a *theory of student involvement* (teoria do envolvimento do aluno) em seu artigo: “Student Involvement: A Developmental Theory for Higher Education”, onde afirma que os seus escritos foram elaborados na tentativa de pôr ordem ao caos literário acerca da evasão. Veremos adiante, que a teoria de Astin se assemelha em alguns aspectos com os escritos de Tinto, apesar de apresentar diferenças em outros.

Para Astin (1984), a sua teoria emprega o termo “envolvimento” no seu sentido mais prático e literal, referindo-se basicamente à quantidade de energia física e mental que o aluno investe em sua trajetória acadêmica. Implica dizer que, na perspectiva do autor, um aluno altamente envolvido com seus estudos, é aquele que se empenha em investir parte considerável da sua energia à sua experiência acadêmica, participando dos movimentos estudantis, de atividades organizadas pela universidade e interagindo com frequência com os professores e demais alunos. Por outro lado, Astin (1984) considera que o aluno que não se envolve é negligente com os estudos ao evitar passar o seu tempo no *campus*, não frequentar as aulas com constância e ao não realizar as atividades extracurriculares que a universidade propõe. Além disso, estes discentes tido como “não envolvidos” não dialogam com os docentes ou com os demais alunos, isolando-se completamente de todo espaço que exija interação social.

Segundo Astin (1984), a *teoria do envolvimento do aluno* dialoga com a definição freudiana de *cathexis* (catexia), a catexia era vista por Freud como a forma em que as pessoas investem a sua energia psicológica nos elementos que a cercam, sejam pessoas ou objetos. O termo “envolvimento” pode ser comumente confundido com “motivação”, o que não estaria errado na perspectiva da psicologia. Porém, o autor acredita que a utilização do termo “envolvimento” é o ideal, visto que em sua conceituação abarca não somente um estado psíquico, mas sim a manifestação concreta deste construção mental por meio das ações comportamentais.

Destarte, a sua teoria está voltada a compreender os processos comportamentais que implicam no progresso da experiência acadêmica dos discentes, levando em consideração os impactos dos fatores ambientais. Para o autor, quanto mais tempo e energia um aluno designa às suas relações pessoais fora do ambiente universitário, maiores são as chances do tempo que deveria ser dedicado aos estudos ser reduzido drasticamente. Para ele, a permanência estudantil está atrelada às experiências positivas ou negativas vivenciadas por um estudante, em que estas experiências poderão acarretar na saída do estudante da instituição de ensino.

A teoria do envolvimento do aluno apesar de trazer elementos interessantes, soa um tanto quanto equivocada, muito provavelmente pelo ano, local e contexto em que foi escrita. Antes de tecermos as nossas reflexões e críticas sobre a teoria do envolvimento do aluno, cabe explicarmos ao leitor que esta teoria foi criada através dos estudos que Astin realizou por volta de 1975, na cidade de Los Angeles, Estados Unidos da América (EUA).

Dado este contexto, acreditamos ser um equívoco a afirmação do autor sobre quanto maior for o tempo que o discente investir em relações fora do contexto universitário, maior é a possibilidade do aluno não se empenhar nos estudos e, por conseguinte, evadir.

Isto porque, compreendemos que é necessário sim vivenciar a universidade ao máximo (dentro do seu próprio limite e realidade), explorando as experiências e oportunidades que a mesma oferece, mas também é necessário construirmos e investimos em relações fora deste espaço, configurando-se em um impacto positivo na permanência do estudante na universidade. É crucial que o(a) discente encontre um ponto de equilíbrio (se possível) entre a sua vida acadêmica e a sua vida pessoal, investindo concomitantemente no seu conhecimento acadêmico e em seus vínculos afetivos.

Na realidade contemporânea da sociedade brasileira, há inúmeros casos de discentes com algum tipo de transtorno mental, tais como ansiedade e depressão. Neste cenário, as proposições da teoria do envolvimento do aluno para a criação de políticas institucionais e governamentais para redução da evasão, baseada meramente em um caráter comportamental do sujeito, serviria apenas para intensificar o sofrimento psíquico destes(as) alunos(as).

É preocupante um(a) aluno(a) viver exclusivamente na e para a universidade, isolando-se de tudo e todos que estão à sua volta, pois a adoção deste tipo de atitude pode ocasionar no adoecimento físico e psicológico deste discente. Assim, afirmamos que é necessário viver a universidade intensamente, mas não se pode deixar de ter uma vida fora dela.

Mediante o exposto, tendo apresentado os nossos pontos de concordância e críticas sobre alguns dos modelos teóricos nacionais e internacionais, considerados pioneiros e/ou

importantes para tratar a evasão, iremos analisar este fenômeno com base nos escritos de Brasil (1986), trazendo esta temática dentro do contexto das residências universitárias, à luz dos debates contemporâneos.

Se considerarmos, portanto, que a evasão no ensino superior é uma discussão recente, apresentando uma definição conceitual imprecisa e com poucos estudos e/ou pesquisas que abordem-na, tratando-se da evasão na assistência estudantil, esta realidade não é diferente. Desta maneira, ousamos conceituar a evasão das residências universitárias da Universidade Federal da Bahia com base na realidade vivenciada e observada enquanto estagiária na Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil.

Como dito anteriormente, por se tratar de um fenômeno multifacetado e pouco explorado, muito provavelmente a definição que apresentaremos não se aplica na realidade das residências estudantis de outras universidades. Destarte, com base na nossa análise nesta instituição específica, ousamos categorizar o fenômeno da evasão em dois tipos: saída temporária e evasão definitiva.

A saída temporária ocorre quando o(a) residente retira-se da residência por alguns fatores externos. Para tal, consideramos nesta análise os seguintes fatores: questões relativas à adaptação e convivência em grupo; questões pessoais; questões familiares; mudança para outro auxílio/benefício; e mudanças na vida acadêmica e/ou pessoal. Contudo, este(a) discente permanece no curso de graduação e segue sendo assistido(a) e acompanhado(a) pela Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil, não gerando prejuízos extremos à vida acadêmica do(a) residente que evadiu.

Trata-se, portanto, de uma evasão parcial, onde não há um desligamento definitivo da instituição de ensino ou da Pró-reitoria. Salienta-se que quando o residente decide sair da residência, este fato não implica necessariamente em uma evasão definitiva, visto que em alguns casos o desligamento da residência pode potencializar a permanência na universidade, isto porque a questão da adaptação e convivência pode resultar no adoecimento psíquico de alguns residentes universitários. Logo, a mudança de ambiente traz benefícios para saúde física e mental do residente que relata alguma situação de desconforto vivenciada na Casa.

Sem dúvidas, cada situação é analisada cautelosamente pelos(as) profissionais responsáveis, em que após a realização de uma escuta qualificada das demandas apresentadas pelo residente que deseja sair da residência, é efetuada uma orientação sobre as opções disponíveis para assegurar a permanência deste discente na Universidade.

A evasão definitiva consiste na interrupção abrupta do curso de graduação e do Serviço de Residência Universitária (SRU), em que, consequentemente, poderá afetar

negativamente a vida acadêmica e profissional do discente.

Nesse sentido, de acordo com os assistentes sociais que atuam no Núcleo Gestão de Residências Universitárias que realizam o acompanhamento destes discentes e que estão à par da dinâmica das Casas, a realidade observada é que estes residentes optam por sair das residências por não se adaptarem à dinâmica de convivência apresentada nas mesmas, onde há, na maioria dos casos, a solicitação de mudança para outro auxílio ou benefício, classificando-se como uma saída temporária.

Contudo, demonstra-se preocupação com os poucos casos identificados como evasão definitiva do Serviço de Residência Universitária, onde a interrupção da trajetória acadêmica desses(as) estudantes afeta também as suas perspectivas profissionais futuras.

4.2 RELAÇÃO ENTRE PERMANÊNCIA E EVASÃO NAS RESIDÊNCIAS DA UFBA

No tocante à permanência estudantil e à evasão, pode-se afirmar que estas estão intrinsecamente conectadas à assistência estudantil.

Como vimos, a evasão diz respeito à saída do discente da instituição de ensino. Já a permanência, é o meio em que se subsidia a intermediação entre o ingresso e a conclusão do curso de graduação, sendo portanto, um antônimo do conceito de evasão.

Para Santos e Mendes (2023), o cenário educacional brasileiro percebeu ao longo dos anos a permanência a partir de um recorte socioeconômico, através da assistência estudantil, em que, posteriormente, foram pensados os meios para se acessar o ensino superior, constituindo assim o cenário das ações afirmativas.

Assim, na perspectiva desses autores, a assistência estudantil se insere no âmbito das políticas de permanência, isto porque:

As políticas de permanência possuem maior abrangência, incluindo aspectos relacionados a diferentes formas de inserção plena na universidade, como por exemplo, programas de iniciação científica e à docência, monitoria, apoio à participação em eventos, entre outras atividades. As políticas de assistência estudantil estariam contidas nas políticas de permanência, mas teriam um foco mais específico nas ações necessárias para viabilizar a frequência às aulas e demais atividades acadêmicas. Assim, as políticas de permanência devem ser pensadas para todo e qualquer estudante universitário, enquanto as políticas de assistência se destinam àqueles em situação de vulnerabilidade, vivenciando circunstâncias que possam comprometer sua permanência, incluídas aí as dificuldades de ordem financeira (Vargas; Heringer, 2017, p. 06, *apud* Santos e Mendes, 2023, p.50).

Portanto, em concordância com Santos e Mendes (2023), a política de permanência é uma categoria ampla, que visa assegurar a permanência de todos os discentes, independente da sua condição socioeconômica, abarcando ações estratégicas para o enfrentamento de desafios que resultem na evasão do ensino superior.

A política de assistência estudantil, por sua vez, irá pensar em um recorte específico deste público estudantil, garantindo a ampliação do acesso ao ensino superior às pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

E por fim, temos as políticas de ações afirmativas, as quais serão responsáveis por reparar as desigualdades sociais advindas de um contexto de colonização perverso, assegurando uma educação equânime em que não haja distinção de raça/etnia, idade, gênero, etc. Logo, as políticas de ações afirmativas referem-se à inclusão de grupos tidos como “minorias” em nossa sociedade brasileira, os protagonistas sócio-históricos que vêm sendo historicamente marginalizados e excluídos por esta sociedade.

Desta maneira, apesar do fato destas três categorias se relacionarem mutuamente, não podemos confundir a sua conceituação, nem reduzi-las a um único conceito. Vale perceber a interseccionalidade entre as três políticas, com o entendimento de que cada uma expressa objetivos e abordagens distintas.

Tendo explícito os conceitos acima, cabe esboçarmos como se constitui a assistência estudantil na Universidade Federal da Bahia, por meio da Pró-reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil. Para o interesse desta monografia, iremos abordar sobre o Programa Moradia e as suas especificidades, dando ênfase ao Serviço de Residência Universitária (SRU). Portanto, a PROAE gerencia o Programa Moradia, que se subdivide em duas modalidades de benefícios para a moradia estudantil, sendo regulamentados pela Política de Assistência Estudantil (PAES), tais são: o Auxílio Moradia e o Serviço de Residência Universitária (SRU).

O Auxílio Moradia é concedido por meio de editais de seleção para acesso aos benefícios concedidos pela PROAE, aos(às) pleiteantes cadastrados(as) nesta Pró-reitoria, prioritariamente, aos(às) discentes cujo núcleo familiar não reside na cidade sede em que está situado o *campus* do seu curso de graduação.

Portanto, este auxílio refere-se a um subsídio pecuniário destinado a auxiliar nos gastos e despesas com moradia durante o período de conclusão da primeira graduação do(a) discente assistido(a) nos cursos da Universidade Federal da Bahia. Atualmente, o valor deste auxílio para custear a moradia é de R\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais), havendo uma complementação financeira destinada às refeições, no valor de R\$ 276,00 (duzentos e setenta

e seis reais), totalizando um valor de R\$ 756,00 (setecentos e cinquenta e seis reais).

A seleção dos pleiteantes do auxílio moradia ocorre a partir do preenchimento de vagas da Residência Universitária por meio de uma lista de classificação, considerando os níveis de situação de vulnerabilidade socioeconômica apresentada pelo(a) estudante e, caso o número de classificados(as) seja superior às vagas disponíveis nas Residências, os classificados excedentes serão contemplados pelo auxílio moradia, respeitando o limite orçamentário institucional. Destaca-se, que os(as) residentes podem solicitar a mudança do SRU para o auxílio moradia, sendo a sua solicitação avaliada pela equipe de assistentes sociais do Núcleo Gestão de Residências Universitárias (NGRU).

O Serviço de Residência Universitária (SRU), trata-se de espaços destinados à moradia estudantil, sendo gerido pela PROAE de forma direta ou indireta por meio de contratos terceirizados. Estes espaços além de assegurar a moradia, fornecem áreas comuns de convivência voltadas aos estudos, dispondo de equipamentos e utensílios de uso coletivo úteis para o cotidiano, a fim de garantir o bem-estar e permanência dos(as) residentes.

Assim, a Universidade Federal da Bahia dispõe no momento presente de 4 (quatro) residências universitárias, as quais encontram-se situadas em bairros nobres da cidade de Salvador-BA, a saber: a Residência nº 01 (R1), que se situa na Avenida Sete de Setembro, nº 2382 – Corredor da Vitória; Residência nº 02 (R2), situada no Largo da Vitória, nº 66 – Vitória; Residência nº 03 (R3), situada na Rua Barão de Loreto, nº 21/28- Graça; e por fim, Residência Universitária Estudante Frederico Perez Rodrigues Lima (Residência nº 05 e/ou R5), situada na Avenida Anita Garibaldi, nº 1207.

Situado em uma das áreas nobres da cidade, cercado por dois edifícios residenciais de luxo - os quais possuem vista para a Baía de Todos os Santos -, o Casarão da R1 vem sofrendo com problemas estruturais notórios, bem como é alvo da manifestação do capitalismo predatório no contexto urbano, mais especificamente do processo de especulação imobiliária.

Segundo o Edgar Digital UFBA (2021), o Casarão da Residência R1 foi tombado no ano de 2021, pela Fundação Gregório de Mattos - FGM, através do Decreto Municipal nº 34.255 de 10 de agosto de 2021. No entanto, o prefeito Bruno Reis decidiu revogar o decreto 3 dias após a sua publicação, por meio do Decreto Municipal nº 34.231 de 13 de agosto de 2021. Ademais, o primeiro registro de obras que visavam a ampliação e modificação desta construção histórica com modelo de arquitetura neocolonial, foi datado em 1912, durante o mandato de José Joaquim Seabra, ex-governador da Bahia.

De acordo com o Edgar Digital UFBA (2021), o Casarão foi a moradia da família do

engenheiro Villas Boas, durante o ano de 1920. Em 1951, o edifício foi utilizado para abrigar estudantes da UFBA, mas este espaço só foi adquirido formalmente pela Universidade 5 (cinco) anos depois, durante a gestão do ex-reitor Edgar Santos, no ano de 1956.

Vejamos o modelo da planta extraída do site do Edgar Digital UFBA (2021), cuja fonte primária advém do Arquivo Municipal de Salvador:

Figura 1 - Planta antiga do Casarão da R1, [s.d.]



Fonte: Edgar Digital UFBA, 2021.

Ainda em conformidade com a referência supracitada, este Casarão⁹ anteriormente era denominado por “Casa do Universitário”, voltado exclusivamente para a moradia de estudantes do sexo masculino.

Segundo as Residências Universitárias da UFBA (2009), ainda no século XX, esta casa alojava estudantes advindos do interior da Bahia e de outros estados do Brasil, cujo valor da hospedagem era de Cr\$ 180,00 (cento e oitenta cruzeiros) por mês, dispondo de quartos mobiliados e café da manhã para os seus hóspedes. Além disso, as demais refeições poderiam ser realizadas no Restaurante Universitário, localizado na parte de trás da Casa.

Ademais, toalhas de banho e roupas de cama eram trocadas assiduamente, o que indica o cuidado para com a limpeza do ambiente. Mas, a permanência do estudante dependia do seu bom rendimento acadêmico. Logo, se porventura o estudante não obtivesse nota suficiente para aprovação, este teria a sua matrícula cancelada de modo imediato.

Tendo em vista a apresentação da história da R1, cabe retornarmos à contemporaneidade para compreendermos as mudanças ocorridas neste espaço. Podemos contemplar a sua aparência no ano de 2019, em imagem publicada pela Edgard Digital UFBA:

⁹ De acordo com o site do Edgar Digital UFBA, a fonte primária da imagem foi o Arquivo Municipal de Salvador. Porém, não foi possível acessar a fonte original, devido à falta de informações sobre sua referência bibliográfica. Disponível em: <<https://www.edgardigital.ufba.br/?p=21287>>. Acesso em: 17 de jan. de 2025.

Figura 2 - Residência Universitária 1, no Corredor da Vitória



Fonte: Edgard Digital UFBA, 2019.

Durante a inserção da autora enquanto estagiária da PROAE, fora possível visitar e conhecer alguns espaços das residências, principalmente a Residência R1, pois foi um local em que ocorreram a maioria das reuniões da instituição com a Comissão de Representação das Residências (CRR).

Sobre a CRR, é importante frisar que estas são formadas por grupos de discentes que se dispuseram a fazer parte da instância representativa estudantil e que foram eleitos para tal, sendo responsáveis por mediar o diálogo entre os residentes universitários e a PROAE. Logo, a CRR dialoga com os residentes por meio de assembleias internas, levando pautas de interesses de todos para serem discutidas e decididas de modo coletivo, cujas demandas são repassadas para a PROAE e demais órgãos responsáveis pela operacionalização das residências.

Enfim, a descrição aqui apresentada no que diz respeito ao espaço da R1, refere-se ao que foi observado e acessado, sendo possível que alguns detalhes fiquem de fora desta descrição.

No que pudemos observar, o Casarão da R1 possui três pavimentos: o porão, que possui alguns quartos e banheiros; o térreo, onde localizam-se a cozinha, as salas de estar e jantar, sendo todos os espaços de uso coletivo; o primeiro andar, onde estão os quartos mobiliados, em que residem dois ou mais estudantes do mesmo sexo, e também os banheiros. Na parte de trás da R1 possui: um espaço aberto para cultivo de hortaliças; Restaurante Universitário; e apartamentos com estruturas diferentes do Casarão.

Constatou-se que dentre as Residências Universitárias que foram visitadas pela autora

(a R1, R2 e R3), a Residência R1 apresenta maiores dificuldades relativas à infraestrutura, apresentando sinais de deterioração nas estruturas da Casa¹⁰. Sabe-se que o tempo não é o único causador na precarização deste ambiente, mas sim a falta de investimentos que gera o sucateamento deste instrumento tão importante para garantir a permanência dos discentes. Vale ressaltar que, uma vez que o SRU é gerido pela PROAE e esta última depende do repasse do PNAES, os cortes orçamentários que a política de assistência estudantil tem sofrido, impactam diretamente no gerenciamento e manutenção das residências universitárias.

De acordo com as Residências Universitárias da UFBA (2009), podemos dizer que a história da R2 é mais sucinta, já que a mesma foi uma casa adquirida durante a gestão do ex-reitor Edgar Santos para um programa de intercâmbio dos Estados Unidos da América - EUA com o intuito de hospedar estudantes estrangeiros advindos deste país.

No ano de 1962, a demanda por moradia estudantil cresceu e por este motivo, os estudantes brasileiros invadiram e ocuparam este espaço, declarando uma greve que durou cerca de cem dias. A greve resultou na conquista da residência como moradia para os estudantes brasileiros, configurando-se como um marco importante para o movimento estudantil.

Podemos observar na imagem abaixo a aparência da residência R2 na atualidade:

Figura 3 - Residência 2, [s.d.]



Fonte: Residências Universitárias UFBA, [s.d.].

¹⁰ É possível observar que em alguns momentos do texto adotamos o termo “Casa” (com a grafia com o “C” maiúsculo no início) para nos referirmos às residências universitárias, isto porque é como alguns profissionais se referem às mesmas na PROAE, com o intuito apenas de facilitar a pronúncia. Vale dizer, que este termo não visa associar a residência à moradia comum, sendo por este motivo que a diferenciamos com a letra “C” maiúscula, assim facilita para o leitor compreender que estamos tratando sobre uma residência estudantil.

Ainda de acordo com estes autores, a R3 era a escola de Enfermagem, localizada no Canela, sendo a primeira residência estudantil para o público feminino da Universidade Federal da Bahia. Por volta do ano de 1947, as alunas do curso de graduação em Enfermagem e Pós-graduação em Obstetrícia, passaram a ocupar o espaço. Apenas em 1950, foi comprado o Palacete dos Machado, como era intitulado o casarão situado na Av. Araújo Pinho, nº 12, em frente a Galeria Cañinzares da UFBA.

Esta casa teve como primeiro dono Raimundo Pereira Magalhães Pinto, isso em 1918. Em 1923, a mesma passou a pertencer a Otávio Ariani Machado, o qual vendeu a casa para a UFBA em 30 de maio de 1950. A casa necessitou de reformas para abrigar 46 estudantes, sendo inaugurada em 1956, denominada por "Casa da Universitária". A casa possuía um modelo arquitetônico europeu *fachwerk*, com decoração e arquitetura em estilo *art nouveau*, sendo visto como um padrão luxuoso da época.

Infelizmente, a antiga residência R3 não está mais ativa e atualmente a sua estrutura encontra-se interditada. Ao visitar o bairro do Canela e observar os destroços da R3, é possível contemplar como era a arquitetura das casas em meados do século XX.

Segundo as Residências Universitárias da UFBA (2009), em uma noite de gala, a casa recebeu a visita da afamada intérprete lírica carioca, conhecida como Bidu Sayão, onde é possível ter uma noção de como se expressava o elitismo da universidade neste período. Vejamos como era a fachada da Casa no período do século XX:

Figura 4 - Residência Universitária 3 (Casa da Universitária), [s.d.]



Fonte: Residências Universitárias da UFBA, 2009.

O fechamento desta residência ocorreu no ano de 2009, devido um desabamento no

teto da Casa Universitária, o que fez com que os estudantes fossem realocados para outras Casas. Não sabemos o período em que se alugou o espaço que está situada a atual R3, mas o que podemos afirmar é que atualmente os residentes estão alocados neste espaço alugado e gerido pela PROAE/UFBA, onde os serviços prestados ocorrem de modo terceirizado.

Segundo informações apresentadas pelas Residências Universitárias da UFBA (2009), a R5 é mais uma conquista do movimento estudantil. Em 2006, os residentes e estudantes dialogavam sobre a bolsa-residência com a administração central da UFBA. Desse modo, os estudantes ocuparam o prédio da Faculdade de Farmácia da UFBA por mais de 6 (seis) meses, com o intuito de conseguir que todos os estudantes que possuíam direito à bolsa-residência fossem contemplados.

A partir desta luta, a temática sobre a assistência estudantil passou a ser debatida com mais afinco, o que resultou na criação de uma nova residência com capacidade de atender 101 estudantes, e, posteriormente, foi criada a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil, que como sabemos foi renomeada como Pró-Reitoria de Assistência Estudantil e Ações Afirmativas no ano de 2009.

A previsão de entrega deste novo prédio para os estudantes, era que ocorresse em 2010, mas a inauguração da R5 efetuou-se em 2012. Na imagem abaixo, veremos como se encontra a R5 na atualidade:

Figura 5 - Residência 5, [s.d]



Fonte: Residências Universitárias UFBA, 2009.

Mediante o exposto, percebemos não somente a importância das residências universitárias para a permanência dos discentes, como também a história das suas construções e o protagonismo do movimento estudantil na luta pela defesa dos direitos estudantis.

É importante salientar que, em uma das reuniões presenciadas, alguns estudantes relataram o conflito enfrentado com os moradores dos prédios ao lado da residência estudantil, onde estes moradores jogavam lixo no terreno da R1.

Para além destes relatos, em sala de aula um colega (residente da R1) apresentou uma situação vivenciada durante o período de eleição presidencial em 2018, em que os residentes passaram a ser atacados pelos apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro, sofrendo com xingamentos de cunho racista, homofóbico e classista. O discente relatou que alguns estudantes se sentiram ameaçados fisicamente, porque houveram tentativas de invasão à R1 por bolsonaristas descontrolados, e psicologicamente, pois ouviam esses agressores gritando: "a mamata vai acabar!", fazendo referência a se Bolsonaro fosse de fato eleito, a assistência estudantil seria impactada negativamente e os residentes iriam sofrer com os cortes orçamentários.

Como sabemos, estes ataques derivam da ideia de meritocracia e do mito da democracia racial, ainda presentes no imaginário social da sociedade brasileira e utilizados como discurso de políticos e/ou apoiadores dos partidos de direita ou extrema direita.

O mito da democracia trata-se de uma ideologia (ilógica) que acredita que o sucesso de um indivíduo depende exclusivamente do seu esforço pessoal, sendo assim o seu sucesso ou fracasso é mérito próprio do sujeito. Portanto, este tipo de pensamento/discurso entende que todos possuem as mesmas oportunidades, ignorando-se completamente as desigualdades sociais existentes no país, as quais são frutos das condições específicas em que sucedeu a formação da sociedade brasileira.

Esses mesmos sujeitos conservadores defendem que as cotas raciais não deveriam existir e que o racismo é uma falácia da “galera da esquerda”. Esse tipo de fala provém do mito da democracia racial, a qual foi fortemente disseminada pela obra *Casa-Grande & Senzala* escrita pelo autor Gilberto Freyre, em que ainda é possível ver os reflexos dessa ideologia na sociedade brasileira atual. O mito da democracia racial apresenta uma noção suavizadora e romantizada do processo perverso da colonização, traçando uma ideia de “harmonia” e “igualdade” entre as raças. A obra de Gilberto Freyre apresenta na realidade uma visão extremamente racista, a qual foi influenciada pelo patriarcalismo e o eurocentrismo que permeavam o imaginário social brasileiro por volta de 1930 e que, infelizmente, alastra-se até os dias de hoje.

Indubitavelmente, a maioria dos residentes universitários da UFBA são pessoas negras (pretos/as e pardos/as) de baixa renda e, como já é previsível em uma sociedade racista como a nossa, a presença destes(as) residentes causaria incômodo nos brancos ricos (e pertencentes

da classe média- que creem piamente que fazem parte da elite brasileira) moradores das áreas nobres da cidade de Salvador.

Com isso, é extremamente preocupante a precarização e o sucateamento das residências universitárias da UFBA, as quais são alvos constantes do capitalismo predatório e da especulação imobiliária. Como mencionado outrora, o Casarão da R1 teve o seu tombamento revogado e sabemos que o motivo que se esconde por trás desta revogação é o prolongamento do processo de disputa do imóvel.

Indubitavelmente, se o tombamento não fosse revogado, o Casarão seria considerado legalmente como um patrimônio histórico/cultural da cidade de Salvador, não podendo ser demolido e ou ter a sua estrutura alterada sem a autorização do órgão competente, o que indicaria uma perda para a elite dominante, que deseja a todo custo expulsar os residentes do seu bairro de alto padrão e lucrar com o espaço em que se situa a Residência R1.

4.3 RESIDENTES UNIVERSITÁRIOS DA UFBA E A EVASÃO

Antes de expormos os resultados obtidos através da pesquisa realizada com os residentes universitários da Universidade Federal da Bahia, cabe, neste primeiro momento, explicitar quais as fontes utilizadas para extrair os dados que serão apresentados no decorrer desta seção. Posteriormente, iremos expor o significado teórico da pesquisa e qual a metodologia adotada para realizar a aplicação da mesma.

Assim, os dados aqui apresentados sobre o perfil dos residentes universitários da UFBA foram obtidos a partir de questionários *online* aplicados, com o intuito de conhecer o perfil étnico-racial, etário e de gênero dos(as) residentes universitários(as) da universidade em questão.

Deste modo, utilizamos os dados de um levantamento interno realizado por uma profissional da PROAE, durante o período de renovação de benefícios do semestre letivo de 2023.1, que nos foi disponibilizado a fim de complementar os dados que possuímos, servindo como um parâmetro geral do perfil étnico-racial e de gênero dos(as) residentes, haja vista que dentre os questionários usados foi o que obteve um maior número de respostas, totalizando 241 pessoas que realizaram a renovação dos benefícios/auxílios no semestre supracitado.

A segunda fonte de dados, foi um questionário exploratório (APÊNDICE A) realizado por esta pesquisadora com a finalidade de conhecer previamente o cenário para a pesquisa, durante o semestre letivo de 2023.2, alcançando um total de 22 residentes e ex-residentes.

A terceira fonte foi o questionário da PROAE (ANEXO A), com a colaboração desta autora no processo de estágio acadêmico supervisionado III, que teve a finalidade coletar as opiniões dos residentes e ex-residentes sobre os impactos das condições de permanência estudantil no índice de evasão do SRU, servindo ainda para atualizar os dados cadastrais dos residentes (tais como: telefone, e-mail, etc). A coleta destes dados ocorreu no semestre letivo de 2024.1, no período de 11 de março até às 11h00 do dia 12 de junho de 2024, obtendo-se um total de 68 respostas.

Mediante o exposto, o tipo de pesquisa que alicerça esta monografia trata-se de uma pesquisa explicativa, pois conforme expressa Severino (2013, p. 107), uma pesquisa explicativa refere-se a uma pesquisa que busca analisar e registrar os fenômenos analisados, identificando as causas deste fenômeno.

No que concerne aos tipos de abordagens de uma pesquisa, a partir da perspectiva de Costa, Maria e Costa, Marco (2015, p. 38) é correto afirmar que uma pesquisa pode possuir as seguintes abordagens: qualitativa; quantitativa; e quali-quantitativa. Para o nosso interesse, nos ateremos somente a pesquisa de abordagem qualitativa, a qual refere-se a pesquisa que busca compreender o fenômeno analisado. Assim, podemos afirmar que a presente pesquisa trata-se de uma pesquisa explicativa de abordagem qualitativa, onde pretende-se interseccionar como as condições de permanência estudantil impactam no índice de evasão do Serviço de Residência Universitária da Universidade Federal da Bahia, o qual é organizado e gerido pela Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil, conforme fora mencionado no decorrer desta monografia.

Em síntese, para a aplicação da pesquisa foi escolhida a técnica do questionário, com o intuito de obter as informações necessárias acerca do tema escolhido, visto que este nos possibilita quantificar e comparar as respostas fornecidas, coletando respostas parecidas para a mesma pergunta aplicada, a fim de coletar os dados necessários para fomentar e fundamentar a nossa pesquisa de forma quantitativa. Cabe dizer ainda, que os(as) participantes desta pesquisa são todos(as) os(as) residentes e ex-residentes da Universidade Federal da Bahia, coletando de forma abrangente a opinião destes participantes acerca do fenômeno analisado, abarcando, portanto, dois grupos distintos: ex-residentes; e, residentes propensos a evadir.

Ressalta-se que realizamos uma pesquisa exploratória, na qual aplicamos o questionário (APÊNDICE A) denominado por “Os Impactos das Condições de Permanência Estudantil no Índice de Evasão do Serviço de Residência da Universidade Federal da Bahia”, na modalidade *online*, contendo 22 perguntas para os residentes e 21 perguntas para os

ex-residentes, dentre as perguntas realizadas apenas três questões foram abertas (tanto para os residentes quanto para os ex-residentes), a fim de coletar e compreender a opinião dos discentes acerca do tema escolhido.

O questionário final (APÊNDICE A), intitulado por: “Serviço de Residência Universitária da Universidade Federal da Bahia” foi formulado com um número reduzido de questões, pois foi observado na fase da pesquisa exploratória que questionários longos reduzem o interesse do público alvo, assim, foram feitas 23 perguntas (mas elas foram separadas por seção, o que significa dizer que dependendo da resposta fornecida este número de perguntas reduziria para 16 questões) e 14 perguntas para os ex-residentes. Dentre a quantidade de perguntas mencionadas, para os residentes foram feitas 9 questões abertas, já para os ex-residentes foram feitas 8 questões abertas, isto incluindo dados básicos como: nome, matrícula, e-mail, telefone e idade.

De fato, a adoção da modalidade *online* configura-se como um desafio para os(as) pesquisadores(as), visto que para além da limitação das perguntas a serem feitas, perde-se também, as reações e os sentimentos expressos pelo(a) entrevistado(a) durante a realização desta técnica. No entanto, afirmamos que devido ao curto tempo e os imprevistos calculados para a aplicação do questionário presencialmente, o modo *online* de um certo modo, facilita no que diz respeito a disponibilidade do entrevistado(a) e entrevistador(a), conseguindo um número maior de respostas em um curto espaço de tempo.

Acreditamos que a baixa participação de discentes que contribuíram com a pesquisa deriva da barreira entre o entrevistado(a) e o entrevistador(a) que a modalidade *online* apresenta, pois não é possível saber quem é o(a) pesquisador(a) e/ ou o que será feito com as respostas obtidas, o que é totalmente compreensível.

Contudo, a quantidade de respostas não interfere na qualidade da pesquisa, haja vista que obtemos respostas satisfatórias, às quais levantaram questões relevantes que poderiam ser utilizadas para escrever um artigo, por exemplo. Assim, afirmamos que o pesquisador(a) precisa levar em consideração que talvez não se atinja a quantidade de participantes esperada para a sua pesquisa e, se isto ocorrer, está dentro da normalidade, sendo possível contornar a situação.

Afirmamos, portanto, que é imprescindível o planejamento prévio da execução da pesquisa, considerando as possibilidades e desafios a partir da abordagem técnica escolhida. Outrossim, é crucial a implementação da fase exploratória do instrumento ou técnica que será utilizado(a), principalmente se a técnica escolhida for um questionário *online*, pois através deste será possível observar o interesse do público alvo com o tema escolhido, bem como o

nível de alcance da pesquisa. Destacamos que os dados coletados na fase exploratória não devem ser descartados, pois estes são tão cruciais quanto os dados da pesquisa em si, servindo como complemento aos dados da coleta final.

4.3.1 O perfil dos residentes universitários da UFBA

Nesta seção, situaremos o leitor acerca das noções de raça, etnia e étnico-racial com base nos escritos de Kabengele Munanga (2004). Além disso, no decorrer do texto apresentaremos os dados sobre o perfil étnico-racial dos residentes universitários da Universidade Federal da Bahia, a partir dos dados adquiridos por meio dos levantamentos institucionais e da autora desta monografia.

4.3.1.1 Em relação ao perfil étnico-racial

Precipuamente, antes de falarmos sobre os resultados encontrados na pesquisa sobre o quesito étnico-racial, cabe explicarmos sinteticamente o significado desta expressão, com base na perspectiva do ilustre antropólogo Kabengele Munanga, apresentando as diferenças existentes entre os conceitos de raça, etnia e étnico-racial.

Segundo Munanga (2004), a classificação da *raça* é uma ferramenta útil para esquematizar/classificar um conjunto de pessoas com características semelhantes. Porém, infelizmente ao longo da história da humanidade, esta classificação foi utilizada como justificativa para estabelecer um sistema hierárquico entre as raças.

Ainda em conformidade com o autor, no século XX surgiu um modelo pseudo-científico, conhecido como raciologia, o qual foi responsável por acentuar a hierarquização das raças. Em suas palavras:

Na realidade, apesar da máscara científica, a raciologia tinha um conteúdo mais doutrinário do que científico, pois seu discurso serviu mais para justificar e legitimar os sistemas de dominação racial do que como explicação da variabilidade humana. Gradativamente, os conteúdos dessa doutrina chamada ciência, começaram a sair dos círculos intelectuais e acadêmicos para se difundir no tecido social das populações ocidentais dominantes (Munanga, 2004. p. 5).

Portanto, a raça é um constructo biologicista/sociológico e social, que foi cooptado e utilizado como instrumento de dominação e exclusão. Assim, “o conceito de raça é morfo-biológico e o da etnia é sócio-cultural, histórico e psicológico” (Munanga, 2004, p.12).

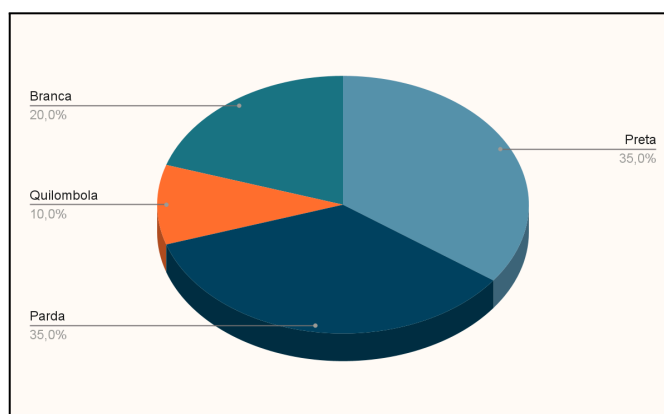
Isto posto, o termo *étnico-racial* trata-se de uma identidade sócio-política construída com o intuito de unificar ambas classificações (raça e etnia), como um meio de resistência, buscando-se extinguir a opressão e exclusão sofrida pelos negros (pretos/as e pardo/as), indígenas e outros povos tidos como “minoría”, mas que na realidade, expressa a maioria da nossa população brasileira.

À vista disso, o termo étnico-racial vai na contramão da ideologia propagada pela classe dominante, que utiliza conceitos como “mestiços” e ou “raça humana” na tentativa de estabelecer uma identidade única para pessoas que notoriamente apresentam características culturais e físicas diversas. Estes termos são oriundos das concepções do mito da democracia racial, que visa conservar o poder e status quo da classe dominante.

Sobre o perfil étnico-racial, em conformidade com o levantamento interno realizado pela Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE) no semestre de 2023.2, 241 discentes realizaram a renovação para o Serviço de Residência Universitária (SRU), onde por meio deste levantamento é possível afirmar que o perfil étnico-racial dos(as) estudantes assistidos(as) pelo SRU constitui-se majoritariamente por pessoas negras (pretos/as e pardos/as), isto porque no formulário de renovação 79 pessoas se autodeclararam pretas; 93 pardas; 37 brancas; 3 indígenas; e 29 quilombolas (dentre estas, 23 pessoas autodeclaradas pretas e 6 pardas). Vale ressaltar que este levantamento fornece uma realidade aproximada, visto que é possível que alguns discentes não tenham realizado o processo de renovação.

Ademais, através do questionário exploratório (apesar de não obtermos um número grande de respostas) é possível afirmar que a partir da pequena parcela analisada, o perfil étnico-racial dos residentes e ex-residentes universitários da Universidade Federal da Bahia é composto em sua maioria por pessoas negras (pretas e pardas), confirmando, portanto, os dados do levantamento interno realizado pela PROAE. Assim, das 22 respostas coletadas por meio do questionário (APÊNDICE A), obtivemos o seguinte resultado: 10 pessoas autodeclaradas pardas; 8 pessoas autodeclaradas pretas; 3 pessoas autodeclaradas brancas; e, 1 pessoa autodeclarada quilombola.

No questionário institucional da PROAE (ANEXO A), foram coletadas 68 respostas, sendo: 30 pessoas autodeclaradas pardas; 21 pessoas autodeclaradas pretas; 13 pessoas autodeclaradas brancas; e 4 pessoas autodeclaradas como quilombolas. Dentre o quantitativo total, sabemos que a maioria dos participantes foram residentes universitários, onde 14 são pessoas que se autodeclararam pretas; 14 autodeclaradas pardas; 8 autodeclaradas brancas; e 4 autodeclaradas quilombolas. Conforme mostra a imagem abaixo:

Figura 6 - Gráfico do perfil étnico-racial dos residentes universitários da UFBA, 2024

Fonte: Autoria própria, 2024.

Concluimos, portanto, que em todos os três levantamentos realizados em períodos distintos o maior número de discentes universitários assistidos pela PROAE são de pessoas autodeclaradas negras (pretas e pardas). No tocante ao perfil étnico racial dos residentes universitários da UFBA, é correto afirmar que, com base nos dados do questionário institucional (ANEXO A), este constitui-se majoritariamente por pessoas negras (pretos/as e pardos/as).

4.3.1.2 Em relação ao perfil etário

No que concerne à faixa etária de residentes e ex-residentes, com análise detalhada dos dados, obtivemos as seguintes respostas no questionário exploratório (APÊNDICE A): 1 pessoa com idade entre 18-23 anos; 13 pessoas com idade entre 24-29 anos; 6 pessoas com idade entre 30-35 anos; e 2 pessoas com idade entre 36-41 anos.

Já no questionário aplicado pela PROAE (ANEXO A), obtivemos um resultado semelhante. A partir das 68 respostas, foi possível conhecer de modo mais detalhado quais as idades específicas de cada residente que contribuiu respondendo a pesquisa realizada. Ou seja, o total de residentes corresponde ao quantitativo de 40. Assim obtivemos os seguintes resultados:

Tabela 1 - Perfil etário dos residentes universitários da UFBA, 2024

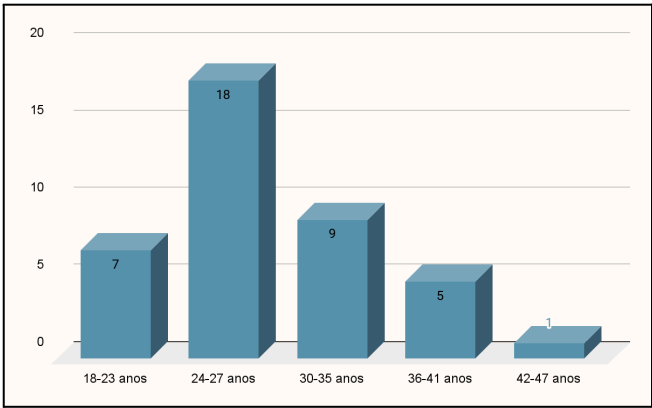
IDADE	QUANTIDADE	IDADE	QUANTIDADE
21 anos	4	31 anos	1
22 anos	1	32 anos	1

23 anos	2	33 anos	2
24 anos	3	34 anos	2
25 anos	3	35 anos	1
26 anos	3	36 anos	1
27 anos	2	37 anos	1
28 anos	4	38 anos	2
29 anos	3	39 anos	1
30 anos	2	43 anos	1
TOTAL: 40			

Fonte: Autoria própria, 2024.

De modo a simplificar a leitura e interpretação dos dados, resolvemos agrupar estes números conforme foi feito no formulário aplicado pela autora, ficando assim, 5 (cinco) grupos com as seguintes faixas etárias: 18-23 anos; 24-29 anos; 30-35 anos; e 36-41 anos; 42-47 anos, como demonstra o gráfico abaixo:

Figura 7 - Perfil etário dos residentes universitários da UFBA, 2024



Fonte: Autoria própria, 2024.

Chegou-se a conclusão que o perfil etário dos residentes universitários da Universidade Federal da Bahia é composto predominantemente por jovens adultos e adultos (18-35 anos), com base nos dados extraídos do questionário exploratório (APÊNDICE A) e do questionário institucional da PROAE (ANEXO A).

4.3.1.3 Em relação ao sexo e gênero

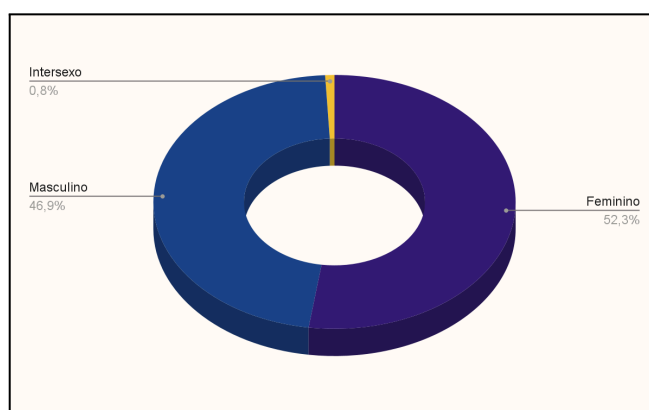
Antes de expormos o resultado da pesquisa, cabe apresentarmos a diferença entre sexo biológico e identidade de gênero, onde por vez algumas pessoas confundem a conceituação de ambas categorias. Portanto, ressaltamos que sexo biológico e identidade de gênero são categorias distintas.

O gênero refere-se à identidade do sujeito. Já o sexo biológico, é entendido pela ciência biológica a partir das células reprodutivas de uma pessoa, as quais determinaram o sexo deste indivíduo. Ao pesquisar nos dicionários *online* qual o significado da palavra “sexo”, encontramos a seguinte definição:

1 Reunião das características distintivas que, presentes nos animais, nas plantas e nos seres humanos, diferenciam o sistema reprodutor; sexo feminino e sexo masculino. 2 Aquilo que marca a diferenciação (órgãos genitais) entre o homem e a mulher, delimitando seus papéis na reprodução. 3 Reunião dos indivíduos que fazem parte de um mesmo sexo. [Por Extensão]¹ Uso Popular. Ação ou prática sexual; transa. [Por Extensão]² Brasil. Uso Popular. Os órgãos sexuais; genitália.[Por Extensão]³ Característica do que é sensual; sensualidade. Etimologia (origem da palavra sexo). Do latim *sexus.us*. (Dicio, Dicionário Online de Português, [s.d.]).

Assim, em relação ao sexo biológico dos assistidos/as pela PROAE, com base no levantamento interno, 126 pessoas são do sexo feminino (52,28%), 113 são pessoas do sexo masculino (46,89%) e 2 pessoas do sexo intersexo (0,83%). Desta maneira, vejamos como se expressam os dados abaixo:

Figura 8 - Sexo biológico dos/as discentes assistidos/as pela PROAE, 2024



Fonte: Autoria própria, 2024.

Já no formulário exploratório aplicado pela autora (APÊNDICE A), o cenário se assemelha com os dados obtidos por este levantamento interno, onde a maioria dos residentes

e ex-residentes são pessoas do sexo feminino, sendo 12 pessoas do sexo feminino e 10 do masculino.

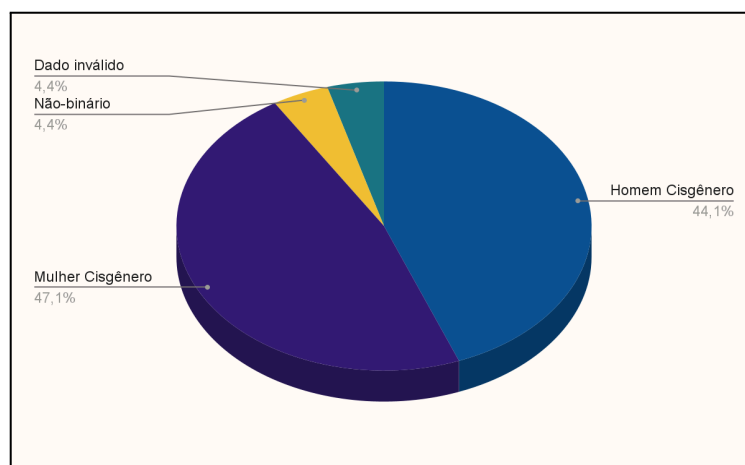
No entanto, no questionário da PROAE (ANEXO A) o resultado foi paritário, obtendo respostas de residentes e ex-residentes, sendo 34 (50%) pessoas do sexo feminino e 34 (50%) pessoas do sexo masculino.

Em contrapartida, ainda alicerçado neste levantamento, analisando apenas o número de residentes universitários, constata-se que há 21 pessoas do sexo masculino (52,5%) e 19 do sexo feminino (47,5%). Dito de outro modo, a partir da análise dos dados, é correto afirmar que o perfil do sexo biológico dos residentes universitários da UFBA é composto em sua maioria por pessoas do sexo masculino.

No tocante a identidade de gênero, para Louro (1997) gênero refere-se a identidade de um indivíduo, como o sujeito se identifica socialmente, historicamente e culturalmente. Logo, as identidades de gênero não são fixas, uma vez que quando utilizamos a terminologia de “identidade” isso significa que estas “estão sempre se construindo, elas são instáveis e, portanto, passíveis de transformação” (Louro, 1997, p. 27).

Destarte, identidade de gênero é como o sujeito se percebe e identifica com relação ao padrão tido como “normativo” dos conceitos de feminino e masculino, acrescentando novas identidades fora desta dicotomia hegemônica. Algumas das identidades de gênero mais comuns são: cisgênero; não-binário; transexual; transgênero; e agênero, sendo estas categorias utilizadas no questionário institucional (ANEXO A) para analisar como os residentes e ex-residentes universitários da UFBA se identificam com relação ao gênero. Desta maneira, chegamos ao seguinte resultado:

Figura 9 - Perfil da identidade de gênero dos ex-residentes e residentes universitários da UFBA, 2024

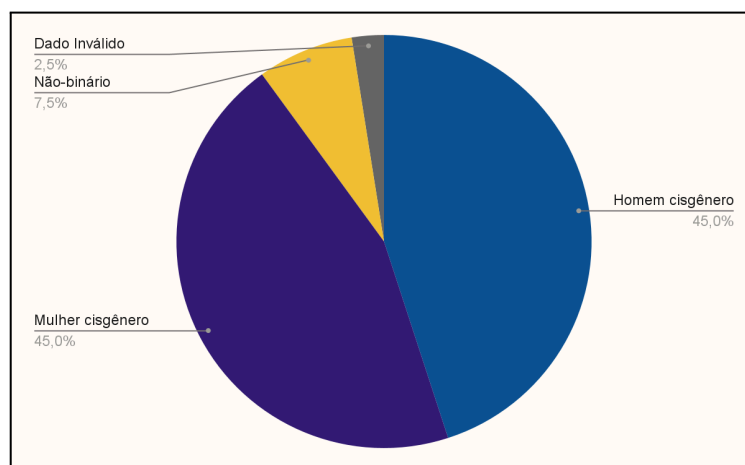


Fonte: Autoria própria, 2024.

Conforme demonstra o gráfico acima, o resultado das 68 respostas coletadas foi: 32 (47,1%) pessoas que identificaram como mulher cisgênero; 30 (44,1%) como homem cisgênero; 3 (4,4%) como não-binário; e 3 (4,4%) dos dados coletado foram considerados inválidos, isto porque durante o preenchimento estes indivíduos confundiram a categoria gênero com sexualidade. Como podemos ver, a confusão em torno dos conceitos explicitados é recorrente ainda em nossa sociedade, se expressando inclusive nas respostas da pesquisa elaborada.

Acerca do perfil da identidade de gênero dos residentes universitários da Universidade Federal da Bahia, compreende-se que dentre os 40 residentes que se dispuseram a participar da pesquisa, 18 pessoas se identificam enquanto homem cisgênero (45%); 18 como mulher cisgênero (45%); 3 como não-binário; e, 1 das respostas foi considerada inválida pelo motivo exposto outrora, conforme expresso no gráfico abaixo:

Figura 10 - Perfil da identidade de gênero dos residentes universitários da UFBA, 2024



Fonte: Autoria própria, 2024.

Por fim, o resultado do perfil de gênero da parcela dos residentes analisados foi considerado paritário, constituindo-se em sua maioria por homens e mulheres cis.

4.4 OS MOTIVOS ENCONTRADOS PARA A EVASÃO DO SRU/UFBA

Nesta seção, apresentaremos em um primeiro momento os dados coletados do questionário exploratório (APÊNDICE A) sobre o quantitativo de pessoas que saíram do SRU e as motivações recorrentes encontradas.

Depois, iremos apresentar os dados coletados pelo questionário institucional da PROAE (ANEXO A), realizando um comparativo entre os resultados adquiridos por estes dois instrumentos. Ademais, ainda traremos o índice de evasão do Serviço de Residências Universitárias da UFBA, tendo como base os dados coletados pelo questionário institucional em questão.

Através dos dados obtidos por meio do questionário exploratório (APÊNDICE A), foram identificadas algumas das potenciais causas do fenômeno da evasão no Serviço de Residência Universitária da UFBA, as quais são: dificuldades no âmbito acadêmico; questões de adaptação e convivência em grupo; mudanças para o auxílio moradia ou outro serviço disponibilizado pela instituição; questões pessoais e familiares; questões de saúde; e mudanças de planos na vida pessoal e acadêmica. No formulário da pesquisa, as questões relativas aos motivos da saída do Serviço de Residência eram de múltipla escolha, visto que uma única pessoa pode apresentar mais de um motivo.

Deste modo, constatou-se que das 22 respostas obtidas no referido levantamento, o motivo principal do desligamento do serviço de residência foi a conclusão do curso, correspondendo ao quantitativo de 12 respostas.

Desconsiderando os que saíram por terem concluído o curso, temos como o motivo mais recorrente apresentado pelos(as) discentes que optaram por evadir do SRU, as questões de adaptação e convivência em grupo, uma vez que cada sujeito é dotado de costumes, princípios e valores, estes podem entrar em conflitos ao conviver com outros indivíduos em um mesmo espaço, resultando no ápice dos possíveis tensionamentos existentes nas Casas.

O questionário aplicado pela PROAE também considerou relevante avaliar a propensão à evasão entre os residentes. Neste sentido, o resultado difere do apresentado pelo questionário exploratório, onde foram contabilizados oito motivos diferentes que levaram os residentes cogitarem sair das residências, lembrando que esta questão também apresentava múltipla escolha, possibilitando aos residentes escolher mais de um motivo. Os motivos apresentados, por ordem de incidência de respostas, foram: questões relativas à estrutura/organização das residências (17); adaptação/convivência (15); mudança para o auxílio moradia ou outro serviço (11); questões de saúde (10); dificuldades acadêmicas (9); questões familiares/pessoais (6); mudanças de planos para vida pessoal e acadêmica (4); e outros motivos (3).

Já os ex-residentes (exceto os que saíram porque concluíram o curso), apresentaram ao total oito motivos, sendo os mais recorrentes: a mudança para o auxílio moradia ou outro

serviço e questões de saúde. Do mesmo modo, esta questão também era de múltipla escolha, em que os ex-residentes podiam selecionar mais de um motivo que ocasionaram na sua saída.

Logo, obtivemos os seguintes resultados em ordem de recorrência: mudança para o auxílio moradia ou outro serviço (8); questões de saúde (8); adaptação/convivência (6); questões relativas à estrutura/organização das residências (5); outros motivos (4); dificuldades acadêmicas (3); questões familiares/pessoais (3); e mudanças de planos para vida pessoal e acadêmica (3).

Estabelecendo um ranking com os três motivos que mais apareceram em ambos questionários, com intuito de resumir os dados analisados, podemos concluir que: no 1º lugar estão as questões de adaptação e convivência; em 2º lugar as mudanças para o auxílio moradia ou outro serviço/auxílio; e em 3º lugar, obteve-se um empate, onde foram encontradas o mesmo número de respostas para questões de saúde e questões relativas à estrutura/organização das residências.

Chegou-se à conclusão, através do questionário institucional (ANEXO A), que dentre as 68 respostas obtidas de ex-residentes (28) e residentes (40), o índice de evasão corresponde a 25,93%.

Para chegar a este resultado, é necessário compreendermos que dentre estas 28 pessoas que saíram do SRU, 14 saíram porque concluíram o curso de graduação e, portanto, foram desconsiderados para o cálculo. As outras 14, são pessoas que de fato evadiram do serviço por motivos diversos, os quais foram detalhados outrora. Assim, a fórmula utilizada para calcular o índice de evasão foi: o nº total de pessoas que evadiram do SRU / nº total de residentes e ex-residentes (exceto os formados) x 100. Conforme imagem abaixo:

Figura 11 - Fórmula do índice de evasão do SRU, 2025

$$\text{Índice de evasão} = \frac{14}{54} \times 100 = 25,93 \%$$

Fonte: Autoria própria, 2025.

Vale salientar que dentre este número total de residentes que responderam ao questionário, 17 (dezessete) residentes encontravam-se, no período de 2024.2, em situação de propensão à evasão, segundo as respostas coletadas neste mesmo levantamento. Ou seja, isto

significa dizer que há chances reais do quantitativo de residentes que evadiram o serviço de residência aumentar.

De fato, o número apresentado pode ser considerado apenas como uma população amostral. Dito de outro modo, trata-se de uma pequena parcela analisada para representar a realidade da totalidade dos residentes assistidos pela PROAE.

4.5 RESIDIR PARA PERMANECER: BREVES RELATOS

Dado como se expressa o fenômeno da evasão no SRU, neste subtópico cabe apresentarmos os relatos de alguns residentes que reforçam a importância da existência das residências universitárias como um instrumento institucional que visa assegurar a permanência estudantil. Salienta-se que os residentes estão identificados de acordo com o número correspondente à ordem da sua resposta ao questionário institucional.

Apesar das dificuldades e/ou desafios descritos em nossa análise, assim como estão presentes nos relatos desse/as residentes e ex-residentes, é inquestionável que este instrumento é imprescindível para assegurar a permanência dos discentes de graduação na Universidade Federal da Bahia.

Um dos relatos, que reforça o que acabamos de afirmar, foi de um residente do semestre de 2024.1, o qual afirma que *“a residência é o espaço que permite a minha permanência na universidade, é também um grande exercício de entender as particularidades dos indivíduos e respeitar, vivendo desta forma em coletivo”* (Residente 08, 2024).

Logo, a residência não se configura apenas como um espaço de moradia, mas constitui-se enquanto um ambiente em que se é possível o estabelecimento de vínculos, configurando-se como um espaço de aprendizagem, ao possuir pessoas com características, culturas e ideais diversos. Nas palavras de um dos participantes:

Tirando os últimos meses, e o descaso da Universidade com a precariedade dos serviços oferecidos, eu considero que a existência do SRU é imprescindível pra formação das pessoas, sobretudo quem vem do interior do estado ou de outros estados, que por muito, não encontram subsídios e ajuda de nenhuma parte pra se manter aqui nos primeiros anos, até conseguir fontes terceiras que auxiliariam a permanência do mesmo na Universidade (Residente 03, 2024).

Possibilita ainda, a identificação de si e a percepção sobre o outro, permitindo a reafirmação da identidade de um indivíduo, pois ao se criar espaços para debates coletivos, promove-se o entendimento mútuo e o respeito às diversidades. Ainda sobre este aspecto, uma

das residentes disse o seguinte sobre a sua experiência no SRU: “*um processo de aprendizado sobre mim e como me relaciono com os outros. Nem sempre fácil, mas instrutivo*” (Residente 30, 2024).

Alguns residentes relataram não ter tido uma boa experiência no SRU, mas no geral é possível observar que a maioria das experiências negativas se referem às dificuldades relativas à convivência. As diferenças de personalidades, de rotinas e dos modos de manter a organização/limpeza do ambiente resultam no desgaste do relacionamento entre os envolvidos e culminam em experiências ruins. A exemplo, podemos citar o seguinte relato:

Um tanto negativa, tenho muita dificuldade concentrar no espaço que tem bagunça (digo desorganização do espaço físico) e os horários distintos de funcionamento de cada residente atrapalha bastante o meu relógio biológico pois sofro com insônia o que me deixa infuncional no dia seguinte, quando consigo adormecer e tenho o sono interrompido. Inclusive procurei ajuda psicológica na PROAE e não tive acesso ao atendimento (Residente 16, 2024).

Outras experiências, apontam os desafios enfrentados na infraestrutura das residências como um dos motivos para se considerar como uma má experiência. No entanto, mesmo com relatos que expressam as dificuldades/desafios enfrentados e que por este motivo afirmam ter vivenciado uma experiência ruim, a maioria dos relatos possuem como ponto em comum: o reforço da importância do SRU para garantir a permanência desses estudantes.

Tratando-se da convivência na residência, podemos dizer que a experiência é subjetiva, pois cada residente irá apresentar um modo de enxergar a sua vivência cotidiana. É importante levar em consideração, quais as expectativas destes estudantes antes de adentrar nas residências, pois muitos não estão acostumados a viver com tantas pessoas ao mesmo tempo e isto resulta em um choque brutal entre a expectativa e a realidade, implicando em experiências ruins, como fora relatado pela Residente 16.

É verídico, que os profissionais do NGRU orientam e informam os discentes pleiteantes às vagas de residência como funcionam as estruturas/organização das casas, assim como explicam sobre as possíveis dificuldades advindas da convivência em grupo. Todavia, ainda assim é inevitável que alguns residentes se decepcionem ao perceber que a realidade cotidiana é diferente da imagem mental que formularam.

5 LIMITES E POSSIBILIDADES DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Buscou-se, neste capítulo, apresentar a atuação do assistente social na área da Assistência Estudantil, compreendendo as contradições que atravessam a profissão devido à gênese da mesma vinculada organicamente ao capitalismo, assim como os limites postos à atuação profissional devido ao seu caráter contraditório advindos das suas matrizes conservadoras.

Do mesmo modo, apresentaremos as possibilidades para a atuação do assistente social neste espaço sócio-ocupacional, destacando a importância de profissionais críticos e capacitados que compreendam as implicações da sua inserção nos processos de trabalho, mas ainda assim, consigam vislumbrar a potencialidade da sua intervenção em atender aos interesses das classes subalternas¹¹.

Apesar de não ser este o enfoque desta monografia, o motivo da criação deste capítulo deriva do anseio em compartilhar os conhecimentos teórico-práticos adquiridos na condição de estagiária e estudante, a fim de contribuir, de algum modo, para o acervo teórico acerca de temáticas cruciais que são pouco discutidas na contemporaneidade.

De acordo com Netto (2011), a instauração do capitalismo monopolista propiciou a emergência do Serviço Social a partir do momento que o Estado adquiriu novas funções, passando a atuar nas expressões da questão social através das políticas sociais, surgindo a necessidade da criação de novas profissões. Assim, o Estado cria um conjunto de profissões para auxiliá-lo na administração e formulação de novas políticas, surgindo o Serviço Social como profissão, com a função de executor das mesmas.

Para Iamamoto (2012), o Movimento de Reconceituação do Serviço Social brasileiro que teve seu auge na década de 1980, permitiu a ruptura com o caráter conservador, tecnicista e assistencialista existente, possibilitando realizar uma crítica às bases teóricas derivadas da vasta tradição marxista, que fundamentam a profissão.

Segundo Netto (2011), é importante frisar que os profissionais não devem cair na concepção equivocada de que a profissão surgiu legitimamente a partir da evolução das

¹¹ Este termo utilizado pela autora Maria Carmelita Yazbek, em seu livro “Classes subalternas e assistência social”, inspira-se na teoria gramsciana, visando abarcar de modo mais amplo um conjunto diverso e contraditório das relações de dominação, para referir-se aos usuários das políticas sociais. De modo semelhante, empregamos este termo para nos referirmos aos residentes, que acessam a política de assistência estudantil.

protoformas¹². Decerto, a profissão possui esse caráter de continuidade das formas filantrópicas e assistenciais, uma vez que sua base é influenciada pela Igreja Católica, apresentando o caritativismo e o conservadorismo como características. Todavia, a continuidade das protoformas coexiste com a ruptura desse caráter caritativo, assistencialista e confessional. Desta maneira, essa ruptura instaura o Serviço Social como profissão, visto que os agentes começaram a atuar de forma executiva em diferentes instituições sociais públicas e privadas.

Logo, a profissionalização dos assistentes sociais é marcada pelo distanciamento das matrizes conservadoras das primeiras protoformas, em que a atividade realizada pelos agentes do Serviço Social adquiriu um caráter profissionalizante, quando ocorreu a legitimação da sua ação, somada à relação de assalariamento pelos papéis desempenhados por esses profissionais. Enfatiza-se que a instauração da profissão ocorreu no espaço da divisão sócio-técnica do trabalho, no contexto da consolidação da sociedade burguesa. Ora, é importante ressaltar que as condições histórico-sociais primordiais para que os assistentes sociais pudessem realizar suas práticas profissionais, dentro da divisão sócio-técnica do trabalho, oriunda da consolidação dessa fase monopólica do capitalismo, sendo estes elementos indissociáveis.

Baseada nas concepções de Karl Marx, Iamamoto (2012) afirma que por vezes o trabalho do assistente social foi analisado e descrito por alguns autores e intelectuais como um trabalho improdutivo, possuindo uma dimensão concreta, limitando-se exclusivamente à produção de valor de uso¹³.

Partindo do pressuposto, a autora contrapõe essa visão, afirmando ser crucial apreender o trabalho do(a) assistente social como trabalho concreto e abstrato, percebendo as contradições provenientes desta relação social. A partir do exposto, alicerçando-se na teoria marxista, o trabalho do(a) assistente social caracteriza-se como trabalho concreto, uma vez que cria valor de uso ao prestar serviços, e trata-se também, de um trabalho abstrato (trabalho humano indiferenciado), visto que este diz respeito à redução do trabalho concreto ao trabalho geral, criando-se o valor de troca ao ser elemento partícipe na produção e distribuição da mais-valia, visto que este encontra-se imerso em uma relação de assalariamento.

Salienta-se que uma vez que a questão social é o objeto de intervenção profissional, é necessário apreender como as expressões da questão social se apresentam no cotidiano

¹² Refere-se às formas iniciais das ações, que antecederam a consolidação da atuação dos profissionais de Serviço Social.

¹³ Na teoria marxiana, este termo refere-se ao caráter qualitativo da mercadoria, a sua utilidade.

profissional. Deste modo, o enfrentamento da questão social envolve a luta pela construção e efetivação dos direitos sociais, realizando assim, uma mediação para construção de uma nova sociabilidade. Assim, as políticas sociais emergem nesse contexto sócio-histórico, como um meio de viabilizar a garantia desses direitos constituídos.

No âmbito da Assistência Estudantil, em particular da nossa análise, na Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil, os assistentes sociais possuem como objeto de intervenção as expressões da questão social, como exemplo: a pobreza, a evasão, a desigualdade socioeconômica, violência, drogas, discriminação, racismo, capacitismo, dentre outros. Nesse sentido, a fim de promover impactos na equiparação dessas desigualdades, a atuação profissional neste âmbito tem como objetivo principal viabilizar o acesso dos discentes aos auxílios e benefícios concedidos pela instituição, impactando positivamente nas condições de permanência estudantil.

Diante o exposto, percebe-se os antagonismos e contradições que perpassam a intervenção dos(as) assistentes sociais, visto que a existência da profissionalização da categoria deriva da solicitação da burguesia. Outro ponto da sua polarização, é a sua atuação nas políticas sociais, sendo um terreno conflituoso que requer responder às demandas das classes antagônicas.

De fato, os elementos até aqui esboçados nos auxiliam a compreender as particularidades da profissão e as circunstâncias que resultam em seu viés contraditório. Porém, para além de compreender estas particularidades, é necessário refletir como o trabalho do assistente social se realiza na prática em seus diversos espaços sócio-ocupacionais, especificamente no âmbito da assistência estudantil, compreendendo os limites e possibilidades postos a esta atuação profissional.

Portanto, no âmbito da assistência estudantil, podemos destacar os seguintes limites que se apresentam à atuação profissional do assistente social: 1- a condição de assalariamento; 2- os limites institucionais; 3- limites orçamentários; e 4- contexto político da sociedade.

No que concerne à condição de assalariamento, é necessário compreender as implicações da condição do assistente social enquanto um trabalhador assalariado, em que ao vender a sua força de trabalho para a instituição contratante (seja ela pública ou privada), perde-se o pleno controle do seu trabalho profissional, isto porque o assistente social não possui os recursos financeiros e técnicos para atuar de modo autônomo. Outrossim, os limites institucionais resultam em profissionais dependentes das implicações do processo de trabalho determinado pelas instituições às quais estão vinculados, sendo por meio destas que se obtém os recursos materiais e financeiros para a realização da sua atividade profissional.

Destaca-se ainda, a exposição deste profissional à alienação que se apresenta nesse processo, isto porque, no cotidiano do(a) assistente social expressam-se ações requisitadas pela instituição que, por vezes, chocam com a autonomia profissional, bem como a grande possibilidade do automatismo no desempenho das suas funções, em que o profissional não realiza uma análise crítica das atividades que estão sendo desenvolvidas.

Os limites do orçamento institucional é uma barreira enfrentada pelo(a) assistente social desde o planejamento à execução do seu projeto de intervenção, assim como nos atendimentos realizados cotidianamente. O limite orçamentário implica também nas condições defasadas de trabalho, como a falta de materiais básicos e ambientes inadequados para realização de atendimentos.

O recurso financeiro, por vezes, barra a execução do projeto de intervenção profissional, isto porque a empresa contratante requer que o profissional apresente uma solução efetiva e ao mesmo tempo de baixo custo. Decerto, o limite orçamentário se apresenta como um elemento real e palpável que afeta as condições de trabalho do assistente social e os meios para assegurar os direitos dos usuários/assistidos. Assim, o profissional se adequa e readequa dentro do orçamento que lhe é possível, realizando as alterações necessárias para cumprir as metas e objetivos traçados para a sua intervenção.

Conforme mencionado no capítulo três desta monografia, o orçamento da assistência estudantil deriva do repasse financeiro do PNAES, em que este financiamento está intrínseco ao contexto histórico, político e social da sociedade na qual este se insere. Vimos, portanto, que o contexto político e as figuras políticas que assumem o poder terminam por estabelecer os cenários favoráveis ou de retrocesso para a política de assistência estudantil.

Como expresso outrora, o vínculo institucional que o(a) assistente social apresenta implica na organização do processo de trabalho em que ele se insere. Contudo, é importante salientar que, apesar da existência de limitações impostas por esta relação de assalariamento, o profissional ainda dispõe de uma relativa autonomia na concretização das suas atribuições, que representa uma possibilidade oportuna para pensar estratégias efetivas para a sua intervenção profissional. Assim, esta relativa autonomia concretiza-se no exercício profissional da categoria, propiciando as condições ideais para que os/as assistentes sociais apresentem propostas de trabalho que ultrapassem os muros das demandas institucionais.

Destarte, a apropriação da relativa autonomia na orientação do exercício profissional implica a adoção de um projeto profissional crítico e coletivo, baseado nos princípios e valores expressos no Código de Ética Profissional do Assistente Social e na Lei de

Regulamentação da Profissão de Serviço Social (Lei nº 8.662/1993), fortalecendo e dialogando com o projeto societário da classe trabalhadora.

Segundo Iamamoto (2012), os projetos profissionais e os projetos societários estão intrinsecamente interligados, portanto, a dimensão contraditória que habita na relação entre o Estado e a classe trabalhadora perpassa o trabalho cotidiano da categoria. Aqui, encontra-se o maior desafio apontado pela autora:

[...] tornar esse projeto um guia efetivo para o exercício profissional e consolidá-lo por meio de sua implementação efetiva, ainda que na contramão da maré neoliberal, a partir de suas próprias contradições e das forças políticas que possam somar na direção por ele apontada (Iamamoto, 2012, p. 233).

Expresso de outro modo, o projeto profissional requer a percepção da área sócio-histórica, considerando que, na contemporaneidade, restringe-se o trabalho da categoria. Segundo Iamamoto (2012), esses projetos postos que conduzem a ação profissional são fundamentais para afirmar a condição dos indivíduos como sujeitos sócio-históricos.

Assim, ainda em conformidade com a autora, "não há uma identidade imediata entre a intencionalidade do projeto profissional e os resultados derivados de sua efetivação" (Iamamoto, 2012, p. 23). Ousa-se dizer que, de acordo com a visão da autora, compreender de que forma as mediações sociais atravessam a intervenção profissional é crucial para decodificar esse processo entre o campo da intencionalidade do projeto profissional e dos resultados advindos da sua implementação.

Vale ainda, resgatar a menção da autora ao considerar o assistente social como um intelectual orgânico¹⁴, na perspectiva teórica de Gramsci. Alicerçando-nos nesta teoria, o(a) assistente social poderá se tornar um intelectual orgânico ao contribuir com uma das classes sociais (burguesia ou proletariado), cabendo, portanto, ao/a assistente social utilizar-se da sua aproximação direta com a classe trabalhadora como aliada da sua intervenção profissional, somada à visão da totalidade do cotidiano desses(as) usuários(as), almejando-se superar o caráter empirista e pragmático presentes no seu trabalho.

Iamamoto (2012) esboça a importância de compreender a polarização dos projetos societários e como eles se apresentam na sociedade brasileira, sendo necessário retornar às bases dos estudos clássicos e/ou contemporâneos que se dedicaram a compreender

¹⁴ Termo derivado da ideologia gramsciana, em que nesta perspectiva teórica o intelectual orgânico é aquele indivíduo que acumula conhecimentos políticos e sociais, utilizando-se dos conhecimentos adquiridos para contribuir com uma das classes sociais antagônicas, seja a sua de classe origem e pertença ou a que ele se identifica.

a formação da sociedade brasileira. Trazendo ainda o seu ponto de vista sobre a elaboração de contribuições no tocante à pesquisa no Serviço Social:

Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Edgard Carone, dentre outros. E, a partir das sugestões legadas por essa tradição intelectual, contribuir com estudos e pesquisas que possam identificar as alterações que se verificam, atualmente nas relações entre o Estado e a sociedade no país, as metamorfoses que incidiram no perfil das classes sociais. Suas formas de expressão políticas e culturais (Iamamoto, 2012, p. 228-229).

Acrescenta-se que as identificações das alterações ocorridas, por si só, não são suficientes, é necessário realizar uma análise crítica sobre essas obras, percebendo inclusive como o racismo, o sexismo e o preconceito se apresentam em algumas das literaturas dos autores mencionados, levando em consideração principalmente a época e o contexto em que as obras foram escritas.

Desta maneira, é correto afirmar que o objetivo da pesquisa é não ter nenhuma afirmação como uma verdade absoluta, é apoderar-se da dimensão investigativa da profissão e negar esses referenciais teóricos, no sentido de colocá-los em um outro patamar, com o intuito de compreendê-los de forma crítica. Assim, é somente por meio da negação que se abstrai a aparência e se direciona para a essência, buscando-se compreender a totalidade do fenômeno.

Ainda sobre este aspecto, a pesquisa no âmbito da assistência estudantil é crucial para conhecer a realidade dos(as) estudantes assistidos(as), assim como para o aprimoramento dos serviços prestados. Logo, a pesquisa é essencial e indispensável tanto na formação acadêmica quanto na formação profissional, pois ao atuar na realidade dos sujeitos faz-se necessário atrelar a prática ao conhecimento, sendo um dos seus ganhos a obtenção de uma mediação efetiva e qualificada sobre os meios e modos de responder às expressões da questão social, ao apropriar-se do caráter investigativo para dar respostas efetivas na sua intervenção profissional.

Em conformidade com o CFESS (2013), a atuação do assistente social no âmbito da educação requer do profissional uma concepção de educação emancipadora, norteadada pelo projeto ético-político da profissão, rompendo com o caráter conservador, tecnicista e assistencialista instaurado no Serviço Social. Essa educação emancipadora, visa possibilitar aos indivíduos a evolução das suas potencialidades e capacidades como gênero humano. Sendo assim, os(as) assistentes sociais se inserem na Política de Educação ao serem requisitados(as) para responder a ampliação das condições de acesso e permanência da população aos diversos níveis e modalidades de educação, através da mediação de programas governamentais estabelecidos por meio das pressões políticas sociais.

A inserção dos/as assistentes sociais na Política de Educação, faz com que estes profissionais operem diretamente na esfera pública com as políticas, programas e projetos no âmbito da assistência estudantil e das ações afirmativas. De tal forma, são inúmeros os desafios encontrados no cotidiano profissional diante da dimensão contraditória que se revela na Política de Assistência Estudantil, exigindo deste profissional uma competência teórica e política para propor estratégias para além dos procedimentos técnicos-instrumentais, articulando-se com as lutas sociais para garantir a ampliação das condições de permanência dos/as discentes nos divergentes momentos de sua formação.

Por fim, é imprescindível apropriar-nos dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos que perpassam a nossa atuação, para conseguirmos analisar e compreender de forma crítica a conjuntura e as consequências causadas pelo sistema capitalista, com o intuito de perceber a realidade à qual os usuários estão/são expostos cotidianamente, como um meio de viabilizar a efetivação dos direitos previstos constitucionalmente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Irrefutavelmente, a evasão é um fenômeno social complexo e multifacetado, tornando-se compreensível a dificuldade dos autores que se dedicam a abordar esta temática, em traçar uma definição conceitual abrangente para a mesma.

Ora, além do ponto mencionado, o fato deste tema ser uma discussão recente implica nas variações de definição e entendimento sobre esta, em que se tratando da assistência estudantil, há poucas obras que se debruçam a analisar o fenômeno da evasão neste âmbito. Portanto, aqui apresentamos como observamos a evasão na assistência estudantil, a partir da ótica da nossa aproximação com o SRU da UFBA.

De fato, não temos a pretensão de esgotar a discussão e as nuances acerca desta temática, muito menos propor uma definição única para a mesma, pois isto seria algo ineficiente, dado as ramificações que este fenômeno social apresenta.

Acreditamos ser necessário que sejam feitas mais pesquisas sobre a evasão no ensino superior, analisando como ela se expressa nos instrumentos das instituições responsáveis pela assistência estudantil de uma universidade, pois cada estado/município/região apresentará realidades específicas, as quais, muito provavelmente, divergirão da que apresentamos nesta monografia.

Assim, a pesquisa se apresenta como uma potencialidade para compreender a totalidade do fenômeno da evasão, considerando como as dimensões sócio-históricas, culturais, políticas, econômicas, dentre outras, se expressam e estão imbricadas na origem deste. Uma vez que for analisada e compreendida as particularidades deste fenômeno, será possível formular ações estratégicas para combatê-lo de modo mais incisivo e efetivo, pautado em uma abordagem crítica que vise assegurar a permanência dos residentes universitários no ensino superior, levando em consideração as subjetividades que atravessam esses sujeitos.

Evidencia-se, que a busca pela compreensão da totalidade do fenômeno da evasão não implica na captação absoluta da totalidade, isto porque as suas camadas/dimensões estão além da capacidade humana de prever as suas variáveis, uma vez que toda realidade é mutável. Todavia, ao realizarmos este exercício de compreender de forma crítica a totalidade do fenômeno da evasão no ensino superior (ainda que em sua incompletude, haja vista o empecilho citado), conseguimos observar as especificidades da formação sócio-histórica de uma determinada sociedade. Da mesma maneira, podemos perceber como o seu contexto político e econômico afetam diretamente as condições para assegurar a permanência estudantil.

Ademais, a partir dos dados apresentados em nossa pesquisa, é possível concluir que o perfil étnico-racial dos residentes universitários da UFBA é composto em sua maioria por pessoas negras (pretas e pardas), em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Mesmo a pesquisa sendo realizada com uma parcela amostral dos residentes, é factível a efetividade das cotas raciais ao possibilitar o ingresso de pessoas negras na universidade. Contudo, além do ingresso, faz-se necessário assegurar as condições necessárias para a permanência desses residentes nas residências universitárias, que pode impactar diretamente na sua permanência na instituição de ensino.

Sobre o perfil etário dos residentes universitários da instituição mencionada, este é composto em sua maioria por jovens adultos na faixa etária de 18 a 35 anos, respectivamente, por pessoas da geração Z (nascidos em 1997-2010) e da geração Y ou millennials (nascidos em 1981-1996). Acreditamos que a faixa etária é um dos marcadores sociais essenciais para analisar o público que acessa a política de assistência estudantil, precisamente as residências universitárias, isto porque pessoas de gerações distintas podem apresentar pensamentos, atitudes e comportamentos variados, por vezes influenciados pela sua época de nascimento. Portanto, conhecer essas diferenças é crucial para garantir a inclusão, possibilitando a criação de ações estratégicas efetivas para atender as diferentes faixas etárias, oferecendo o apoio educacional necessário durante o percurso da formação acadêmica destes sujeitos.

No que concerne ao perfil de gênero, concluímos que este é formado, em sua maioria, por homens e mulheres cisgênero. Sobre este aspecto, buscamos definir a diferença entre gênero e sexo biológico, com o intuito de situar o leitor sobre ambas categorias antes da exposição dos dados obtidos. Aos próximos pesquisadores que desejarem abordar a temática da evasão nas residências universitárias, sugerimos acrescentar uma nova categoria para realizar esta análise (que não foi descrita em nossa pesquisa, mas que consideramos extremamente importante abordar em estudos/pesquisas futuras), a saber: a sexualidade.

Através da pesquisa realizada, foi possível constatar que o maior fator apresentado para a evasão dos residentes universitários foram questões relativas à adaptação e convivência, cabendo a PROAE formular ações interventivas que visem fomentar o estímulo à boa convivência e bem-estar destes residentes.

Vislumbramos a Comissão de Representação das Residências (CRR), enquanto uma potência que, se bem organizada, se expressa como um espaço de articulação política pela defesa dos direitos e interesses dos residentes universitários. Enquanto estagiária, a autora percebeu a desmobilização de alguns discentes em participar das reuniões organizadas pelas comissões representativas, bem como a desmotivação dos residentes em integrar a instância

representativa. Por vezes, as pessoas à frente das comissões relataram a exaustão e frustração com estes aspectos, o que na nossa percepção, ocasiona na sobrecarga desses sujeitos.

Afirmamos, portanto, ser de suma importância a participação dos residentes na instância representativa, de modo a contribuir com a sua formação política e pessoal. Quiçá, o engajamento do/a residente nesses espaços, auxiliem na sua permanência na universidade, compreendendo a importância da mobilização estudantil, ao passo que lhe facilita a sua adaptação nas Casas.

Percebemos ainda, como a CRR pode contribuir com a PROAE para pensar estratégias que visem enfrentar os conflitos relativos à adaptação e convivência dos residentes, os quais foram apontados como um dos principais fatores para a evasão do SRU.

Sem dúvidas, a evasão no ensino superior e nas residências universitárias está atrelada a inúmeros fatores, não podendo ser extinguida completamente, visto que a sua proveniência deriva da formação sócio-histórica da sociedade brasileira. Contudo, os seus efeitos podem ser mitigados e devem ser enfrentados pelas instituições de ensino e pelas pró-reitorias de assistência estudantil.

Nesse sentido, trouxemos a importância da atuação crítica e competente de assistentes sociais que atuam no âmbito da assistência estudantil, os quais podem, no uso das suas atribuições e da sua relativa autonomia, propor ações que vislumbrem a dimensão socioeducativa da profissão, garantindo a inserção dos(as) protagonistas sociais (residentes e/ou estudantes) na formulação e implementação de ações que visem mitigar os efeitos da evasão no ensino superior.

REFERÊNCIAS

ASTIN, Alexander W. **Student Involvement: A Developmental Theory for Higher Education**. Journal of College Student Development. Califórnia: L.A., 1984. Disponível em: http://chawkinson.pbworks.com/w/file/fetch/122997693/Student_Involvement_A_Developmental_Theory_for_Highe.pdf. Acesso em: 16 jan. 2025.

BAHIA. Decreto nº 34.281 de 13 de agosto de 2021. Revoga o Decreto nº 34.255 de 10 de agosto de 2021, que Aprova o Tombamento da “Casa Burguesa da Vitória: residência Universitária Masculina da Universidade Federal da Bahia”. In: **Diário Oficial do Estado da Bahia**. Salvador: BA, 2021, p. 1. Disponível em: <http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.gov.br/phl82/pdf/recorteDOM/fmlf2450.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2025.

BEHRING, Elaine Rossetti. As novas configurações do Estado e da Sociedade Civil no contexto da crise do capital. In: **Serviço Social - Direitos Sociais e competências profissionais**. CFESS, 2009. p. 69-86.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Fundamentos de Política Social**. 2000. Disponível em: http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto1-1.pdf. Acesso em: 13 jun. 2024.

BRASIL. Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras. **Diplomação, Retenção e Evasão nos Cursos de Graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas**. Comissão especial de estudos sobre a evasão nas universidades públicas brasileiras. Brasília: DF, 1996. Disponível em: https://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Diplomacao_Retencao_Evasao_Graduacao_em_IES_Publicas-1996.pdf. Acesso em: 28 nov. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931**. Dispõe sobre o Estatuto das Universidades Brasileiras (Revogado pelo Decreto nº 99.999/1991). Brasília: DF, 1931. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19851.htm. Acesso em: 11 jun. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília: DF, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 11 out. 2024.

BRASIL. Imprensa Nacional. **Portaria Normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010. Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada**. In: Diário Oficial da União- Seção 1, número 18, de 27 de janeiro de 2010. Brasília: DF, 2010. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=80&data=27/01/2010>. Acesso em: 11 out. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Superior, 2021**. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2021/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf. Acesso em: 11 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 23 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024**. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília: DF, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14914.htm. Acesso em: 31 dez. 2024.

CFESS. Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação. In: **Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais**. Brasília: DF, 2013. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf. Acesso em: 18 nov. 2024.

COELHO, Mônica Josiane. **A Política de Assistência Estudantil e a Contrarreforma Universitária: estudo sobre o programa de moradia universitária na Universidade Federal do Ceará**. Dissertação (Pós-Graduação em Educação Brasileira)- Universidade Federal do Ceará. Ceará, 2012, p. 29-48. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/7513/1/2012-DIS-MJCVIANA.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2024.

COIMBRA, Camila Lima; SILVA, Leonardo Barbosa e; COSTA, Natália Cristina Dreossi. **A evasão na educação superior: definições e trajetórias**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 47, e228764, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/WRKk9JVNBnJJsnNyNkFfJQj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 nov. 2024.

COSTA, Marco Antonio F. da; COSTA, Maria de Fátima Barrozo da Costa. **Projeto de Pesquisa : entenda e faça** / Marco Antonio F. da Costa, Maria de Fátima Barrozo da Costa. 6. ed. - Petrópolis, RJ :Vozes, 2015.

COSTA, Simone Gomes. A permanência na educação superior no Brasil: uma análise das políticas de assistência estudantil. In: **IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul**. Florianópolis, 2009. p. 01-13. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/37031/A%20perman%c3%aancia%20na%20educa%c3%a7%c3%a3o%20superior%20no%20Brasil%20Uma%20an%c3%a1lise%20das%20pol%c3%adticas%20de%20assist%c3%aancia%20estudantil.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 fev. 2025.

CROSARA, Daniela de Melo; SILVA, Leonardo Barbosa e; OLIVEIRA, Maria de Fátima. Trajetória de institucionalização da Assistência Estudantil no Brasil. In: **Assistência Estudantil em debate: análise dos projetos de lei em tramitação no congresso nacional brasileiro**/ organização de Leonardo barbosa e Silva, Daniela de Melo Crosara- Curitiba: Brazil Publishing, 2020. [recurso eletrônico].

EDGAR DIGITAL UFBA. **Planta antiga do Casarão da R1, [s.d]**. 1 fotografia. Salvador: BA, 2021. Disponível em: <https://www.edgardigital.ufba.br/?p=21287>. Acesso em: 17 jan. 2025.

EDGAR DIGITAL UFBA. **Residência Universitária 1, no Corredor da Vitória é tombada como patrimônio municipal**. Salvador: BA, 2021. Disponível em: <https://www.edgardigital.ufba.br/?p=21287>. Acesso em: 17 jan. 2025.

EDGAR DIGITAL UFBA. **Residência Universitária 1, no Corredor da Vitória**. 2021. 1 fotografia. Salvador: BA, 2021. Disponível em: <https://www.edgardigital.ufba.br/?p=21287>. Acesso em: 17 jan. 2025.

GARRIDO, Edleusa Nery. Políticas de Assistência Estudantil e Ações Afirmativas: A permanência no ensino superior como meta. In: **Observatório da vida estudantil: avaliação e qualidade do ensino superior: formar como e para que mundo?**/Sônia Maria Rocha Sampaio, Georgina Gonçalves dos Santos, Ava Carvalho, organizadores; Prefácio de Stela Meneghel- Salvador: EDUFBA, 2015, p. 249-264.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 701-717. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/C8pQHQOyl68c9Bc41x5Y.pdf>. Acesso em: 26 set. 2023.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A produção teórica brasileira sobre os fundamentos do trabalho do assistente social**. In: Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 7ª ed. SP: Cortez, 2012, p. 210-283.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. **A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira**. Serv. Soc. Soc. São Paulo, n. 129, p. 285-303, mai/ago. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.109>. Acesso em 28 nov. 2023.

ITATIAIA. **PROFESSORES EM GREVE: ‘NEM ME AGRADECEM’, DIZ LULA SOBRE REAJUSTES JÁ REALIZADOS**. Youtube, 22 de jun. de 2024. 1 vídeo (2 min e 23 seg). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=h_4nGm1e0ns. Acesso em: 01 jul. 2024.

LACERDA, Izabella Pirro; VALENTINI, Felipe. **Impacto da Moradia Estudantil no Desempenho Acadêmico e na Permanência na Universidade**. Psicologia Escolar e Educacional, SP. vol. 22, núm. 2, p. 413-423, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/kPkhTBrFRcNFsj6MxFhp7Bx/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 24 set. 2023.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. Disponível em: <https://bibliotecaonlinedahisfj.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/03/genero-sexualidad-e-e-educacao-guacira-lobes-louro.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2025.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã** [1845/1846]. São Paulo, Martins Fontes, 1998, p. 5-96 (cap. I).

MARX, Karl. **O Capital: crítica à economia política**- Livro I: o processo de produção do capital/ Karl Marx: tradução Rubens Enderle- 2. ed. São Paulo, Boitempo, 2011.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Tradução. Niterói: EDUFF, 2004. Disponível em:

<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-no-coes-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2025.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo: Documentos de uma militância Pan-Africanista**. Abdias Nascimento; com prefácio de Kabengele Munanga; e texto de Elisa Larkin Nascimento e Valdecir Nascimento—3. ed. rev. - São Paulo: Editora Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

NETTO, J. Paulo. **As condições histórico-sociais da emergência do Serviço Social**. In: Capitalismo monopolista e serviço social/ José Paulo Netto- 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 17-81.

PINHEIRO, Cristiane Borges; RIBEIRO, Jorge Luiz Lordelo de Sales; FERNANDES, Sergio Augusto Franco. **Modelos teóricos da evasão no ensino superior e notas sobre o contexto social**. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior. Campinas; Sorocaba, SP. vol. nº 28. c0223015. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/wykhmMKd6JpDkXthnrVPqQ/>. Acesso em: 03 dez. 2024.

PROPLAN. **UFBA em números 2023: ano base 2022**. Salvador: BA, 2023. Disponível em: https://proplan.ufba.br/sites/proplan.ufba.br/files/ufba-em-numeros-2023_ano-base-2022_-_final.pdf. Acesso em: 11 out. 2024.

PRZEWOSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 60 (cap. I).

RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS DA UFBA. **Residência Universitária 1**. Salvador: BA, 2009. Disponível em: <https://residenciasuniversitariasdaufba.blogspot.com/2009/09/residencia-universitaria-1.html>. Acesso em: 17 jan. 2025.

RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS DA UFBA. **Residência Universitária 2**. Salvador: BA, 2009. Disponível em: <https://residenciasuniversitariasdaufba.blogspot.com/2009/09/residencia-universitaria-2.html>. Acesso em: 17 jan. 2025.

RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS DA UFBA. **Residência Universitária 3 (Casa da Universitária), [s.d.]**. 1 fotografia. Salvador: BA, 2009. Disponível em: <https://residenciasuniversitariasdaufba.blogspot.com/2009/09/residencia-universitaria-3.html>. Acesso em: 17 jan. 2025.

RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS DA UFBA. **Residência Universitária 3**. Salvador: BA, 2009. Disponível em: <https://residenciasuniversitariasdaufba.blogspot.com/2009/09/residencia-universitaria-3.html>. Acesso em: 17 jan. 2025.

RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS DA UFBA. **Residência Universitária 5**. Salvador: BA, 2009. Disponível em: <https://residenciasuniversitariasdaufba.blogspot.com/2009/09/residencia-universitaria-5.html>. Acesso em: 17 jan. 2025.

RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS UFBA. **Residência 2, [s.d.]**. 1 fotografia. Salvador: BA, [s.d]. Disponível em: <https://resiufba.blogspot.com/p/blog-page.html>. Acesso em: 17 jan. 2025.

RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS UFBA. **Residência 5**, [s.d]. 1 fotografia. Salvador: BA, [s.d]. Disponível em: <https://resiufba.blogspot.com/p/residencia-universitaria-estudante.html>. Acesso em: 17 jan. 2025.

SANTOS, Eduardo Henrique Moraes; MENDES, Raquel de Oliveira. **Ações afirmativas, permanência e assistência estudantil no Brasil e no mundo: dilemas e desafios na contemporaneidade**/ Eduardo Henrique Moraes, Raquel de Oliveira Mendes. – São Cristóvão, SE: Editora da UFS, 2023. 211 f.: il. Disponível em: <https://www.livraria.ufs.br/produto/acoes-afirmativas-permanencia-e-assistencia-estudantil-no-brasil-e-no-mundo-dilemas-e-desafios-na-contemporaneidade/>. Acesso em: 23 jan. 2025.

SCHEFFER, Graziela; CLOSS, Thaisa; ZACARIAS, Inez. **Serviço Social e Paulo Freire: Diálogos sobre Educação Popular**. Curitiba: CRV, 2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Teoria e Prática Científica**. In: Antônio Severino. Metodologia do Trabalho Científico, 23 ed. Ver, e atual. São Paulo: Cortez, 2007, p. 87- 110 (Cap. III).

SEXO. In: **DICIO, Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2025. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/sexo/>. Acesso em: 18 de jan. de 2025.

SILVA, Maria Lúcia. **Contrarreforma da Previdência Social sob o comando do capitalismo financeiro**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 131, p. 130-154, jan/abr. 2018.

TAVARES, Fernando Oliveira; PACHECO, Luís Dias; PEREIRA, Elisabeth Teixeira. **Residências Universitárias: Uma revisão da Literatura**. Rosa dos ventos, vol. 10, núm. 2, Portugal, p. 268-284, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4735/473557641005/473557641005.pdf>. Acesso em 11 out. 2024.

TINTO, Vicent; CULLEN, John. **Dropout in Higher Education: A Review and Theoretical Synthesis of Recent Research**. Research. Teachers College; Columbia University. New York: N.Y. , 1973. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=ED078802>. Acesso em: 16 jan. 2025.

TOUTAIN, Lídia Maria Batista Brandão; ABREU, Marilene Lobo; VARELA, Aida Varela. **Reitores da UFBA: de Edgard Santos a Naomar de Almeida Filho**. Memorial v. 2. Salvador: EDUFBA, 2011. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/35484/1/Reitores_UFBA_Digital.pdf. Acesso em: 28 fev. 2025.

UFBA. **Perfil racial da comunidade universitária confirma sucesso das ações afirmativas na UFBA**. Salvador: BA, 2023. Disponível em: https://www.ufba.br/ufba_em_pauta/perfil-racial-da-comunidade-universitaria-confirma-sucesso-das-acoes-afirmativas-na. Acesso em: 11 out. 2024.

UFBA. **Regimento Interno da Reitoria**. Salvador: BA, 2013. Disponível em: https://www.ufba.br/sites/portal.ufba.br/files/Regimento_Reitoria_web.pdf. Acesso em: 11 out. 2024.

UFBA. **Resolução nº 04/99**. Institui a Política de Apoio, Orientação e Assistência Estudantil para a UFBA./ Conselho Universitário da Universidade Federal da Bahia. Salvador: BA, 1999. Disponível em: https://www.ufba.br/sites/portal.ufba.br/files/resol_0499_0.pdf. Acesso em: 28 fev. 2025.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 4^a ed. São Paulo: Cortez, 2003.

APÊNDICE A- Questionário exploratório aplicado

13/06/2024, 03:16

Os Impactos das Condições de Permanência Estudantil no Índice de Evasão do Serviço de Residência da Universidade Fe...

Os Impactos das Condições de Permanência Estudantil no Índice de Evasão do Serviço de Residência da Universidade Federal da Bahia.

A presente **pesquisa acadêmica** busca identificar as potenciais causas do fenômeno da evasão no ensino superior público, compreendendo de que modo as condições de permanência estudantil impactam no índice de evasão do Serviço de Residência Universitária da Universidade Federal da Bahia. **Sendo assim, nós convidamos a todos/as/es residentes universitários e ex-residentes da UFBA para responder perguntas breves e objetivas expressas neste questionário, a fim de contribuir com a nossa pesquisa.**

* Questionário elaborado pela discente Erica Nascimento Alves, com o intuito de coletar informações acerca do tema escolhido para o projeto de pesquisa, como parte dos requisitos para a aprovação na disciplina de Pesquisa e Serviço Social II- IPSB92, ofertada pela Universidade Federal da Bahia- UFBA, ministrada pela prof.^a Larisse Miranda de Brito.

* Em caso de dúvidas e demais esclarecimentos, entre em contato com a discente responsável pela pesquisa através do e-mail institucional: alves.eric@ufba.br.

*** Indica uma pergunta obrigatória**

1. E-mail *

2. 1. Qual o seu nome completo? *

3. 2. Qual a sua matrícula? *

4. 3. Qual o seu curso? *

13/06/2024, 03:16

Os Impactos das Condições de Permanência Estudantil no Índice de Evasão do Serviço de Residência da Universidade Fe...

5. 4. Qual o seu local de origem (cidade e estado)? *

6. 5. Qual a sua idade? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Entre 18-23 anos
- ☐ Entre 24-29 anos
- ☐ Entre 30-35 anos
- ☐ Entre 36-41 anos
- ☐ Entre 42-47 anos
- ☐ Entre 48- 53 anos
- ☐ 54 ou mais

7. 6. Qual a sua identidade de gênero? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Mulher Transexual
- ☐ Homem Transexual
- ☐ Mulher Cisgênero
- ☐ Homem Cisgênero
- ☐ Não-Binário
- ☐ Transgênero
- ☐ Agênero
- ☐ Outro:

13/06/2024, 03:16

Os Impactos das Condições de Permanência Estudantil no Índice de Evasão do Serviço de Residência da Universidade Fe...

8. 7. Qual a sua raça/etnia? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Preta
- ☐ Parda
- ☐ Branca
- ☐ Amarela
- ☐ Indígena
- ☐ Quilombola
- ☐ Cigana

9. 8. Qual o seu sexo?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Feminino
- ☐ Masculino
- ☐ Outro: _____

10. 9. Você é uma pessoa com deficiência- PCD? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não

11. 10. Você é uma pessoa com transtornos globais do desenvolvimento?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não

13/06/2024, 03:16

Os Impactos das Condições de Permanência Estudantil no Índice de Evasão do Serviço de Residência da Universidade Fe...

12. 11. Você é uma pessoa com altas habilidades/superdotação?

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

13. 12. Caso tenha dito "**sim**" para as três questões anteriores à esta, selecione a(s) opção(ões): *

Marque todas que se aplicam.

☐ Deficiência intelectual/mental

☐ Deficiência visual

☐ Deficiência física/motora

☐ Deficiência auditiva

☐ Deficiência múltipla

☐ Transtorno Global do Desenvolvimento

☐ Altas habilidades- Superdotação

☐ Não se aplica

☐ Outro: _____

14. 13. Quando você adentrou na UFBA? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Entre 2005-2008

☐ Entre 2009-2012

☐ Entre 2013-2016

☐ Entre 2017-2020

☐ Entre 2021-2023

15. 14. Em que ano você acessou o Serviço de Residência Universitária? *

13/06/2024, 03:16

Os Impactos das Condições de Permanência Estudantil no Índice de Evasão do Serviço de Residência da Universidade Fe...

16. 15. Você é? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Residente *Pular para a pergunta 17*
- ☐ Ex-residente *Pular para a pergunta 24*

RESIDENTES

17. 16-A. Em qual residência você reside? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ R1
- ☐ R2
- ☐ R3- 21/28
- ☐ R5

18. 17-A. Você já pensou em sair da residência? Se sim, aponte os motivos que te levaram a cogitar a sua saída da residência:

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Questões de adaptação/convivência
- ☐ Questões familiares/pessoais
- ☐ Dificuldades acadêmicas
- ☐ Questões de saúde
- ☐ Não se aplica.
- ☐ Outro: _____

19. 18-A. Você considera que o acesso ao Serviço de Residência Universitária possibilitou a sua permanência na Universidade Federal da Bahia? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não

13/06/2024, 03:16

Os Impactos das Condições de Permanência Estudantil no Índice de Evasão do Serviço de Residência da Universidade Fe...

20. 19-A. Na sua opinião, qual o impacto do Serviço de Residência Universitária para a sua permanência na Universidade Federal da Bahia ?

21. 20-A. Como você considera a sua experiência na residência universitária? *

22. 21-A. Na sua opinião, quais as melhorias necessárias para o Serviço de Residência Universitária da Universidade Federal da Bahia? *

13/06/2024, 03:16

Os Impactos das Condições de Permanência Estudantil no Índice de Evasão do Serviço de Residência da Universidade Fe...

23. **Para confirmar a pesquisa, e garantir a segurança dos envolvidos/as/es, leia o termo de compromisso e assinale a alternativa para concluir:** *

O uso dos dados coletados será utilizado exclusivamente para fins acadêmicos, sendo de inteira responsabilidade da estudante, em condição de pesquisadora, a guarda e demais procedimentos de segurança com relação às informações pessoais coletadas. Ressalta-se que nenhum(a) estudante terá sua identidade revelada durante a apresentação da pesquisa, sendo coletados os nomes e matrículas apenas para garantia de que os dados coletados são de residentes e ex-residentes da UFBA. Portanto, declaro que li e autorizo, livre e espontaneamente, o uso dos meus dados coletados para fins de estudos nos termos descritos acima.

Marcar apenas uma oval.

☐ Li e concordo.

EX-RESIDENTES

24. 16-B. Em qual residência você reside/residiu? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ R1
☐ R2
☐ R3- 21/28
☐ R5

25. 17-B. Aponte os motivos da sua saída do serviço de residência universitária:

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Questões de adaptação/convivência
☐ Mudança para outro auxílio/serviço
☐ Questões familiares/pessoais
☐ Dificuldades acadêmicas
☐ Mudanças de planos na vida pessoal e acadêmica
☐ Questões de saúde
☐ Conclusão do curso
☐ Outro: _____

13/06/2024, 03:16

Os Impactos das Condições de Permanência Estudantil no Índice de Evasão do Serviço de Residência da Universidade Fe...

26. 18-B. Você considera que o acesso ao Serviço de Residência Universitária possibilitou a sua permanência na Universidade Federal da Bahia? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

27. 19-B. Na sua opinião, qual o impacto do Serviço de Residência Universitária para a sua permanência na Universidade Federal da Bahia ?

28. 20-B. Como você considera a sua experiência na residência universitária? *

29. 21-B. Na sua opinião, quais as melhorias necessárias para o Serviço de Residência Universitária da Universidade Federal da Bahia? *

13/06/2024, 03:16

Os Impactos das Condições de Permanência Estudantil no Índice de Evasão do Serviço de Residência da Universidade Fe...

30. **Para confirmar a pesquisa, e garantir a segurança dos envolvidos/as/es, leia o termo de compromisso e assinale a alternativa para concluir:** *

O uso dos dados coletados será utilizado exclusivamente para fins acadêmicos, sendo de inteira responsabilidade da estudante, em condição de pesquisadora, a guarda e demais procedimentos de segurança com relação às informações pessoais coletadas. Ressalta-se que nenhum(a) estudante terá sua identidade revelada durante a apresentação da pesquisa, sendo coletados os nomes e matrículas apenas para garantia de que os dados coletados são de residentes e ex-residentes da UFBA. Portanto, declaro que li e autorizo, livre e espontaneamente, o uso dos meus dados coletados para fins de estudos nos termos descritos acima.

Marcar apenas uma oval.

☐ Li e concordo.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

ANEXO A- Questionário institucional aplicado (PROAE)

13/06/2024, 03:28

Serviço de Residência Universitária da Universidade Federal da Bahia

Serviço de Residência Universitária da Universidade Federal da Bahia

Prezados/as/es discentes, convidamos vocês a responderem este breve questionário on-line, cujo levará cerca de 2 a 5 minutos para ser respondido. Ressalta-se que o questionário em questão foi formulado pelo Núcleo Gestão de Residências Universitárias (SRU/PROAE/UFBA), em conjunto com a discente e estagiária de Serviço Social (PROAE/CPAE): Erica Nascimento Alves.

A sua participação é de suma importância, visto que através deste formulário almejamos coletar as opiniões de residentes e ex-residentes acerca dos impactos das condições de permanência estudantil sobre o índice de evasão do Serviço de Residência Universitária (SRU), para que, posteriormente, seja elaborado um plano de intervenção pelo núcleo responsável. Para além disto, este questionário possibilitará a mensuração do quantitativo de residentes universitários que estão em condição de evasão definitiva ou temporária, bem como servirá como uma atualização cadastral dos dados para contato. Contudo, vale ressaltar que esta atualização cadastral **não** substitui os trâmites institucionais para renovação do Cadastro Geral, servindo apenas para auxiliar na coleta e atualização do banco de dados do SRU.

Assim, esperamos contar com a participação de todos/as/es, para que juntos possamos pensar em meios para garantir a efetivação de um ensino superior equânime e democrático.

Para participar, preencha o questionário em questão, por favor. **O prazo para submeter a sua resposta ocorrerá das 15h do dia 11 de março de 2024 até às 23h59 do dia 25 de março de 2024.**

* Indica uma pergunta obrigatória

1. E-mail *

13/06/2024, 03:28

Serviço de Residência Universitária da Universidade Federal da Bahia

2. 1. Nome completo: *

3. 2. Matrícula: *

4. 3. E-mail: *

5. 4. Telefone: *

6. 5. Idade: *

7. 6. Sexo *

Marcar apenas uma oval.☐ Feminino☐ Masculino☐ Outro:

13/06/2024, 03:28

Serviço de Residência Universitária da Universidade Federal da Bahia

8. 7. Identidade de gênero *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Mulher Transexual
- ☐ Homem Transexual
- ☐ Mulher Cisgênero
- ☐ Homem Cisgênero
- ☐ Não-Binário
- ☐ Transgênero
- ☐ Agênero
- ☐ Outro: _____

9. 8. Raça/etnia *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Preta
- ☐ Parda
- ☐ Branca
- ☐ Amarela
- ☐ Indígena
- ☐ Quilombola
- ☐ Cigana

10. 9. Você é uma pessoa com deficiência- PCD ou pessoa com transtornos globais do desenvolvimento ou com altas habilidades/superdotação? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim *Pular para a pergunta 11*
- ☐ Não *Pular para a pergunta 13*

13/06/2024, 03:28

Serviço de Residência Universitária da Universidade Federal da Bahia

Pessoas com deficiência- PCD ou pessoas com transtornos globais do desenvolvimento ou com altas habilidades/superdotação

11. 9. a) Caso tenha dito "**sim**" para a questão anterior à esta, selecione a(s) opção(ões): *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Deficiência intelectual/mental
- ☐ Deficiência visual
- ☐ Deficiência física/motora
- ☐ Deficiência auditiva
- ☐ Deficiência múltipla
- ☐ Transtorno Global do Desenvolvimento
- ☐ Altas habilidades- Superdotação
- ☐ Outro: _____

12. 9. b) Informe o seu código da Classificação Internacional de Doenças (CID): *

Pular para a pergunta 13

13. 10. Você é? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Residente *Pular para a pergunta 14*
- ☐ Ex-residente *Pular para a pergunta 25*

RESIDENTES

13/06/2024, 03:28

Serviço de Residência Universitária da Universidade Federal da Bahia

14. 11. a) Em qual residência você reside? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ R1
☐ R2
☐ R3- 21/28
☐ R5

15. 12. a) Como você considera a sua experiência na residência universitária? *

16. 13. a) Em algum momento você cogitou sair da residência universitária? Se sim, aponte * os motivos que te levaram a pensar em sua saída da residência:

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Não se aplica.
☐ Questões de adaptação/convivência
☐ Mudança para outro auxílio/serviço
☐ Questões familiares/pessoais
☐ Dificuldades acadêmicas
☐ Mudanças de planos na vida pessoal e acadêmica
☐ Questões de saúde
☐ Questões relativas à estrutura/organização das residências
☐ Outro: _____

13/06/2024, 03:28

Serviço de Residência Universitária da Universidade Federal da Bahia

17. 14. a) No presente momento, se for o caso, você ainda pensa em sair da residência? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

18. 15. a) Mediante a sua experiência na residência, quais as melhorias podem ser feitas no Serviço de Residência Universitária da Universidade Federal da Bahia? *

19. 16. a) Desde que entrou na residência universitária você tem apresentado/agravado algum caso de saúde? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim *Pular para a pergunta 20*

☐ Não

SAÚDE

20. 16. 1. a) Qual o caso de saúde em questão? *

13/06/2024, 03:28

Serviço de Residência Universitária da Universidade Federal da Bahia

21. 16.2. a) Você informou ao Núcleo Gestão de Residências Universitárias (NGRU) ou Núcleo de Atenção à Saúde Integral do Estudante (NASIE) acerca do seu caso? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

22. 16.3. a) Você está fazendo algum acompanhamento no momento? **Se sim**, qual? *

Marque todas que se aplicam.

☐ Não estou realizando nenhum acompanhamento.

☐ Psicológico

☐ Psiquiátrico

☐ Laboratorial

☐ Clínico

☐ Outro: _____

23. 16.4. a) **Se for o caso**, nos informe em qual esfera está sendo realizado o seu acompanhamento médico. *

Marque todas que se aplicam.

☐ Não se aplica.

☐ Pública

☐ Privada

☐ Filantrópica

☐ Outro: _____

13/06/2024, 03:28

Serviço de Residência Universitária da Universidade Federal da Bahia

24. 16.5. a) Quais as dificuldades você encontra para ter acesso ao serviço de saúde? *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Não se aplica.
☐ Deslocamento
☐ Baixa demanda de oferta de especialidades
☐ Longas filas de espera
☐ Superlotação de hospitais/clínicas
☐ Custo financeiro
☐ Outro: _____

EX-RESIDENTES

25. 11. b) Em qual residência você reside/residiu? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ R1
☐ R2
☐ R3- 21/28
☐ R5

26. 12. b) Como você considera a sua experiência na residência universitária? *

13/06/2024, 03:28

Serviço de Residência Universitária da Universidade Federal da Bahia

27. 13. b) Aponte os motivos da sua saída do serviço de residência universitária: *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Questões de adaptação/convivência
- ☐ Mudança para outro auxílio/serviço
- ☐ Questões familiares/pessoais
- ☐ Dificuldades acadêmicas
- ☐ Mudanças de planos na vida pessoal e acadêmica
- ☐ Questões de saúde
- ☐ Questões relativas à estrutura/organização das residências
- ☐ Conclusão do curso
- ☐ Outro: _____

28. 15. b) Mediante a sua experiência na residência, quais as melhorias podem ser feitas no Serviço de Residência Universitária da Universidade Federal da Bahia? *

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários